

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL

FACULDADE DE PSICOLOGIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL E DA PERSONALIDADE

**PERCEPÇÕES SOBRE VIOLÊNCIA E RELAÇÕES DE GÊNERO
EM HOMENS ACUSADOS DE AGRESSÃO**

Dissertação de Mestrado

GUSTAVO ESPÍNDOLA WINCK

Prof^a. Dr.^a Marlene Neves Strey

Orientadora

Porto Alegre, Janeiro de 2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**PERCEPÇÕES SOBRE VIOLÊNCIA E RELAÇÕES DE GÊNERO
EM HOMENS ACUSADOS DE AGRESSÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia Social e da Personalidade, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Marlene Neves Strey.

Porto Alegre, Janeiro de 2007

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL

FACULDADE DE PSICOLOGIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL E DA PERSONALIDADE

GUSTAVO ESPÍNDOLA WINCK

PERCEPÇÕES SOBRE VIOLÊNCIA E RELAÇÕES DE GÊNERO

EM HOMENS ACUSADOS DE AGRESSÃO

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Marlene Neves Strey

Prof.^a Dr.^a Patrícia Krieger Rossi

Prof.^a Dr.^a Sonia Liane Reichert Rovinski

*À Vera e Luana,
As duas mulheres que me ajudaram não a ser o homem que sou,
mas o homem que me tornei.*

RESUMO DA DISSERTAÇÃO

A presente dissertação é constituída de três diferentes artigos, dois teóricos e um empírico, sendo que o eixo temático central entre eles é a violência de gênero. Sabendo da sua alta relevância social, buscamos abordar tal questão sob três perspectivas diferentes, cada qual correspondendo a cada um dos artigos. O Artigo Teórico 1 aborda o uso da violência enquanto uma possibilidade socialmente legitimada ao homem nas relações de gênero, implícita ou explicitamente, pautada nos pressupostos sociais, históricos e culturais que, através do tempo, naturalizaram incoerências nos papéis sociais de homens e mulheres. O Artigo Empírico busca discutir as percepções relatadas por homens acusados de agressão acerca da violência e das relações de gênero, colhidas em entrevistas individuais e em encontros grupais. Para a análise dos dados, utilizamos o procedimento de Análise do Discurso, através do qual pudemos refletir sobre a multiplicidade de aspectos envolvidos na construção da identidade de gênero masculina. Por fim, no Artigo Teórico 2, que encerra a dissertação, buscamos não somente fazer um relato das peculiaridades do processo da nossa pesquisa como um todo, mas, principalmente, discutir a experiência em coordenar um grupo de reflexão com acusados de violência de gênero através dos olhos de um homem - o qual, simultaneamente, era pesquisador mas também integrante e representante do universo comum dos pressupostos que fundamentam a masculinidade. Sendo assim, os três trabalhos que constituem esta pesquisa trazem um panorama que pode ser tomado como um profícuo ponto de partida para discussões essenciais em nossa sociedade atual, na qual os papéis de gênero têm um papel dialético tão fundamental e, ao mesmo tempo, tão comumente ignorado.

AGRADECIMENTOS

Desde bem antes desta etapa de fechamento, poder agradecer às tantas pessoas envolvidas na realização desta atividade, direta ou indiretamente, sempre foi algo até mais importante que a própria pesquisa em si. Foi uma grande equipe que, mesmo não se conhecendo mutuamente em sua totalidade, realizou um trabalho exemplar a qualquer time extremamente entrosado, possibilitando, impreterivelmente, que esta dissertação tenha se tornado realidade. Sendo assim, deixo meus mais sinceros agradecimentos:

À prof.^a Marlene Strey, responsável direta pela idéia que possibilitou a existência deste trabalho. Poder ter contado com a orientação de uma pessoa tão querida e brilhante é algo que, não vou mentir, ainda me envaidece. Obrigado por ter feito parte, de maneira tão especial, de algo tão intenso, marcante e inigualável.

A duas pessoas que, sem as suas participações, tudo talvez tivesse ficado somente no papel: a prof.^a Sônia Rovinski, sempre amiga, que encaminhou a idéia do projeto às mãos certas, e à juíza Maira Grinblat, que, abraçando-a junto conosco, a fez acontecer.

Ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUCRS e ao CNPq, que possibilitaram a este trabalho uma estrutura e uma tranqüilidade com as quais eu nem sonhava.

Às advogadas conciliadoras e a todos/as funcionários/as da 2^a Vara do Fórum de Campo Bom, que, bem mais do que acompanharem de perto o meu trabalho, confiaram nele. Obrigado Marina, Lizandra, Camila, Rosa, Eliane, Fabrício, Marcelo, Renata e demais pessoas que sempre me receberam e trataram tão bem.

À minha mãe, Vera, e ao meu pai, Luiz Alberto, cada qual presente à sua maneira, mas sempre presentes, me dando todo o amor que precisei. A vocês dedico a minha vida, e tudo de bom que eu conseguir fazer com ela.

À Luana, meu grande amor, que mudou a minha vida para sempre. Obrigado pela tolerância quando estive ausente, pela paciência quando estava emburrado, e pelo abraço quando tive medo. O teu brilho ilumina o meu caminho muito mais do que eu conseguiria iluminá-lo por conta própria.

Às sempre queridas meninas da Iniciação Científica do grupo de pesquisa, “meus amores”: Grazy, Dani e Márcia, que me acompanharam e ajudaram tanto nestes anos - sem esquecer também da Fernanda, da Carol e da Kelly, que me receberam com muito carinho e atenção quando cheguei.

E, por fim, aos homens que aceitaram responder às entrevistas e que, junto com a participação nos grupos, tornaram possível algo cuja importância talvez desconhecessem. A voz de cada um trouxe, em si, a voz de tantos outros, a voz de todos e todas nós.

Não esquecerei nenhuma destas pessoas que, em papéis tão diferentes, foram tão importantes. Muito obrigado por fazerem parte dos dois anos mais felizes da minha vida.

SUMÁRIO

RESUMO DA DISSERTAÇÃO	05
AGRADECIMENTOS.....	06
APRESENTAÇÃO	10
FOTOCÓPIA DA APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA/PUCRS.....	12
ARTIGOS	
1. Teórico 1: “A voz mais alta, mas na hora certa”: A naturalização da violência de gênero enquanto recurso legitimado ao homem.....	13
2. Empírico: “Na casa da gente é a gente quem manda”: Percepções sobre violência e relações de gênero em homens acusados de agressão.....	36
3. Teórico 2: “Palavra de pulso firme”: A coordenação de grupos com homens acusados de agressão enquanto agente reflexivo e transformador	69
CONSIDERAÇÕES FINAIS	100

*“Ser ou não ser, eis a questão:
É mais nobre para o espírito
sofrer os golpes e flechas do insultuoso destino
ou enfrentar um mar de desgraças
até dar-lhes um fim?”*

William Shakespeare

APRESENTAÇÃO

Aqui, nesta compilação de documentos, está implícito também um arcabouço de emoções, inquietações e vivências. Como parte disto, é inegável a alegria de, enfim, apresentar o resultado final (porém não o último, assim esperamos) de uma caminhada que iniciou-se a partir da proposição em entrevistar homens acusados de violência de gênero - uma idéia central que, inicialmente, considerávamos quase inviável, mas que, ao longo do tempo, nos permaneceu surpreendendo cada vez mais com o seu crescimento e suas potencialidades.

Pouco mudou desde o nosso projeto de pesquisa até o trabalho de campo e a posterior produção dos artigos. As únicas alterações relevantes referem-se à troca da metodologia de análise dos dados - da Análise de Conteúdo para a Análise de Discurso - e à troca do quadrante “comunidade” por “amizades”, dentro do penúltimo item nas questões norteadoras propostas. A mudança no campo metodológico se deu pelo fato de reconhecermos, na Análise de Discurso, a abertura de um terreno de reflexões e de discussões mais profícuo e condizente com a nossa visão crítica das relações de gênero. Paralelamente, substituímos comunidade por amizades porque pressupúnhamos que este quadrante pudesse ser referido por importante parcela dos participantes enquanto recurso de apoio - o que acabou se confirmando. A limitação de três quadrantes na abordagem da rede de apoio social se manteve, desde o início, enquanto um critério para não gerar um atabalhoamento nos fatores a serem analisados e concatenados no trabalho.

Cabe também dizer que nos surpreendeu a representatividade que tomou o grupo de reflexão com os acusados, revelando-se, além de uma intervenção profícua e necessária, uma vivência intensa ao ponto de escrevermos um terceiro texto, para tentar dar conta desta experiência e de tantas outras nuances do processo da pesquisa de campo. Sendo assim, surgiu o nosso segundo artigo teórico, e o seu subtítulo - palavra de pulso firme - refere-se tanto ao uso da palavra enquanto instrumento de poder, mas também quanto, e principalmente, à força que esta mesma palavra tem

para mobilizar e para buscar a transformação de paradigmas. É nele, com um enfoque distinto do primeiro, que procuramos retratar, da maneira mais autêntica possível, toda a jornada epistemológica (e, sobretudo, pessoal) que percorremos durante a realização da pesquisa.

É em função especialmente deste relato que não nos alongaremos em demasiado nesta apresentação inicial, pois ele próprio, à sua época, surgiu para justamente não deixar passar em branco a riqueza e as nuances implícitas desta nossa vivência de pesquisa - as quais, certamente, ficariam sem o seu devido registro, caso as representássemos somente através dos artigos de orientação teórica e empírica. Quanto a eles, buscamos, no primeiro, discutir o modo como, histórica e culturalmente, a violência e o sobrepujo do masculino se engendrou socialmente enquanto uma prerrogativa implícita e naturalizada nas relações de gênero; no artigo empírico, por sua vez, foi a análise e a discussão centrada nas percepções relatadas pelos participantes acerca da violência e das relações de gênero o nosso foco principal.

Assim sendo, esperamos que a dissertação possa servir ao seu propósito de produzir e fortalecer o conhecimento científico mas, além disso, seja fidedigna em representar os nossos esforços em realizar um trabalho que revele o empenho nele investido e, também, o comprometimento com a necessidade de discutir e de transformar as relações de gênero em nossa sociedade.

(FOTOCÓPIA DA APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA/PUCRS)

“A voz mais alta, mas na hora certa”: A naturalização da violência de gênero enquanto recurso legitimado ao homem

Gustavo Espíndola Winck

Marlene Neves Strey

RESUMO

No presente texto, pretendemos relacionar a nossa experiência na coordenação de grupos de reflexão com homens acusados de agressão a uma revisão teórica acerca da temática da violência de gênero. A partir dos relatos dos participantes do grupo e de considerações provindas dos estudos de gênero, o nosso objetivo será buscar compreender alguns dos pressupostos sociais, históricos e culturais que possam vir a naturalizar o comportamento violento, em suas manifestações físicas ou simbólicas, enquanto uma possibilidade do homem apresentar-se no campo das relações de gênero - possibilidade esta corroborada pela construção histórica e em permanente adaptação dos elementos fundadores da masculinidade em nossa sociedade.

Palavras-chave: Papéis de gênero, violência de gênero, masculinidade, poder.

ABSTRACT

“The louder voice, but at the right time”: The gender violence naturalization as a man’s legitimated resource

In this text, we intend to correlate our experience on the coordination of reflexive groups among battering-accused men to a theoretical review about the gender violence thematic. From the participants reports and the gender studies considerations, our objective will be to comprehend some of the social, historical and cultural presuppositions that may naturalize the violent behavior, in its physical or symbolic manifestations, as a man’s possibility to present himself on the gender relations field - that corroborated by the historical construction and at permanent adaptation of the masculinity foundation elements in our society.

Key-words: Gender roles, gender violence, masculinity, power.

Considerações iniciais: “A voz mais alta, mas na hora certa”

A violência tem sido, de longa data, um tema comum nos estudos de gênero. No entanto, no ambiente acadêmico, isto reflete uma necessidade de abordá-lo e de compreendê-lo que nem sempre é correspondida ou reconhecida pela sociedade em geral. Aliás, não é raro nos depararmos com divergências acerca desta temática até mesmo dentro da academia, algumas saudáveis e produtivas, outras ainda estereotipadas ou reflexos da falta de informação. Os estudos de gênero têm, à sua frente, a necessidade de transpor as diversas barreiras que ainda teimam em marginalizar a sua representatividade, ignorando a própria existência do campo não somente enquanto meio de produção científica, mas também enquanto fruto de uma necessidade político-social.

Neste contexto, não será grande surpresa que vivamos os nossos cotidianos em função de valores e normatizações já legitimadas que não deixam quaisquer espaços para reflexões ou questionamentos sobre o “por quê” estas questões são do jeito que se apresentam - são ou tornaram-se assim?. Estes são movimentos tão inerentes à constituição da sociedade em seus alicerces mais primevos, que muito facilmente podemos nem darmos-nos conta de que estão ali. O nosso pensamento cartesiano coloca-nos frente a uma necessidade de constituir regras e conceituações para ordenar e possibilitar o convívio social, as quais são profundamente absorvidas pelo nosso contexto sócio-histórico-cultural a ponto de tornar aparentemente incoerente qualquer tentativa de contestação (Strey, 2004).

Thompson (2000), em seus estudos sobre ideologia, exemplifica bem estas questões ao discorrer sobre os processos que chamou de unificação e reificação: primeiramente, há a produção de uma identidade pressupostamente coletiva, que subjetiva e interliga determinados grupos, e dentro dos quais mostra-se comum às pessoas que os constituem (unificação), para, então, através da permanência através do tempo, interpretar tal identidade - e todos os valores e pressupostos a ela atribuídos - como universais e atemporais (reificação). Berger e Luckmann (2004), por sua vez, abordam estas questões ao discorrerem sobre a institucionalização e a legitimação: quando normas e

valores passam a integrar o meio sócio-cultural, através das nossas diversas práticas sociais, tais normas e valores tornam-se institucionalizados; com a repetição e a reprodução transgeracional, tais elementos tornam-se parte intrínseca à história e, conseqüentemente, ao presente da sociedade e da cultura em questão, legitimando-os.

Tais conceituações são fundamentais para que compreendamos os papéis de gênero e, mais especificamente, a constituição da masculinidade enquanto construção social, cultural e histórica - isto porque uma das grandes dificuldades que encontramos ao trabalhar com estudos de gênero é justamente fazer entender, a quem está de fora, quais são os objetivos e onde está a real importância de nosso campo. Temos grande produtividade e inúmeras conquistas enquanto estudiosos e estudiosas do gênero, mas ainda engatinhamos no reconhecimento da representatividade de nossas contribuições fora do nosso ambiente de trabalho. A própria (e comum) ignorância acerca das diferenças entre gênero e sexo pode ser compreendida como reflexo de uma possível dificuldade de apropriação dos aspectos multifatoriais que nos constituem enquanto pessoas, transformando o sexo em sinônimo de gênero no seu caráter mais biológico e determinista (Rodríguez, 2002).

Neste contexto, produzem-se homens e mulheres que, por sua vez, reproduzem e perpetuam papéis estereotipados e opressores, assim legitimando cada vez mais os disparates e as incongruências que pautam as relações de gênero em nossa sociedade. Partindo desta premissa, decidimos abordar as percepções sobre esta temática junto aos homens, realizando uma pesquisa com homens acusados de violência de gênero. A proposta, desde o início, foi tão ousada quanto improvável, já que sabíamos que seria uma difícil tarefa encontrar meios de chegar até tais participantes. Era preciso algum respaldo institucional, uma vez que afixar cartazes pela cidade convidando agressores a participar de pesquisa sobre violência de gênero não parecia a opção mais apropriada.

Felizmente, mais breve que esperávamos, chegamos até um Fórum na região metropolitana de Porto Alegre que, desde o início de nossa proposta, expressou total disponibilidade em cooperar. No início, o problema de realizar as entrevistas nos parecia tão grande que nem apercebemo-nos do

tamanho da possibilidade que se descortinava: realizar uma real e ativa intervenção junto a estes homens, estimulando a reflexão sobre papéis de gênero que, até então, talvez desempenhassem irrestritamente justamente por ainda não terem permitido-se pensar sobre os mesmos. Foi assim que nasceu o Grupo de Homens Acusados de Violência de Gênero, tornando-se uma de nossas atividades mais gratificantes e promissoras e que vem mantendo-se até a atualidade.

No presente texto, pretendemos discorrer acerca de algo que entendemos enquanto um dos fenômenos produzidos pela preservação e pela perseverança histórica de papéis de gênero não-equitativos: o uso violência, seja ela física ou psicológica, enquanto recurso legitimado ao homem. Para isto, também lançaremos mão de falas oriundas dos participantes do referido grupo, sendo elas provenientes tanto dos encontros grupais quanto, também, de entrevistas individuais, a fim de ilustrar com exemplos reais os conteúdos sobre os quais nos debruçaremos.

Contudo, o nosso foco não será o julgamento moral do ato violento em si, mas sim o processo que levou ao mesmo. Quando um homem agride física ou psicologicamente a uma mulher, o faz também porque sua auto-imposição é permitida culturalmente, em uma postura socialmente reificada e naturalizada. Os papéis de gênero, aprendidos transgeracionalmente, aprisionam tanto homens quanto mulheres em modelos enferrujados e deterministas. Assim, quando um homem, partindo destes pressupostos, legitima o seu ato violento, está também retransmitindo um imenso entrecruzar de discursos patriarcais e normalizadores que pertencem à própria história da masculinidade, e das relações de gênero como um todo. Serão estas questões, implícitas porém pulsantes à violência de gênero - contexto este dentro do qual o homem mantém-se protagonista - o grande objetivo deste nosso ensaio, a fim de buscar compreender não somente o que levaria isto a acontecer, mas também por que permaneceríamos permitindo que continue acontecendo.

Os papéis de gênero

Uma questão que nos tomou a atenção desde o início foi o fato de que a violência de gênero não pode ser entendida como uma característica inerente aos homens, como se todos *a priori* a levassem como um traço indelével de personalidade que os colocaria - mesmo aqueles mais pacíficos, esclarecidos e racionais - em permanente propensão de utilizá-la quando arbitrariamente julgassem adequado, como se fosse uma arma sempre preparada para disparar. Abordando a violência de gênero desta maneira, poderíamos acabar caindo no mesmo determinismo que legitima os papéis de gênero mais estereotipados; abriríamos, com isto, o precedente para compreender a violência de gênero como regra, e não como exceção.

Primeiramente, é preciso que entendamos que a violência não está “dentro” do homem, como um vírus ou uma doença qualquer. Quando pensamos em algo “dentro”, vem a idéia de que pode ser retirado, extirpado - um corpo estranho vitimando um sistema saudável e em parcimônia. É preciso que nos incluamos, nos questionemos, que estranhemos a naturalidade a partir da qual lidamos com certas questões. Nossos comportamentos, antes de mais nada, refletem nossas percepções e nossos valores acerca das pessoas e do ambiente onde (con)vivemos. Neste sentido, tanto homens quanto mulheres refletem, em seus comportamentos e em suas percepções, os papéis de gênero que aprenderam normativamente a desempenhar (Femenías, 2003). É o que Butler (2005) chama de performatividade: algo que é de nós esperado que expressemos, nos mais variados âmbitos conativos e ideológicos, para que sejamos reconhecidos/as coletivamente tal qual como nos percebamos individualmente. Precisamos, muitas vezes, nos adequarmos a modelos pré-concebidos para que não nos sintamos excluídos ou excluídas. Quando, por exemplo, pensamos que homens gostam de futebol e que mulheres gostam de “discutir a relação”, provavelmente não nos ocorra qualquer estranhamento; porém, quando trocamos estes papéis entre si, seria possivelmente imediata a sensação de que existiria aí algo de errado ou de “anormal”.

Esta reflexão é fundamental para que entendamos o que são os já supramencionados papéis de gênero: elementos sócio-estruturais representados por tudo aquilo que desempenhamos, percebemos e reproduzimos nos relacionamentos interpessoais entre os sexos (Scott, 1995). Esta relação é o

canal por onde se fará presente tudo aquilo que legitime valores e pressupostos significadores para o “ser homem” e o “ser mulher” em cada cultura e sociedade. Caso um dia precisemos “localizar” a violência de gênero, conforme comentado no parágrafo acima, certamente a encontraríamos fundamentalmente nos papéis de gênero - justamente o lugar onde está maior a dificuldade para transformação e, provavelmente, onde muitas pessoas sequer iriam lembrar de procurá-la.

Isto, é claro, não isenta aqueles que façam dela um recurso, seja ele esporádico ou institucionalizado, mas a permissividade conquistada em tantos anos de história - necessários para consolidar tais papéis da forma com a qual hoje se apresentam - vai muito além de julgamentos morais, regras sociais, jurisprudências e hipocrisias em geral: ela está no âmago profundo da estrutura sócio-cultural. Não é somente um simples produto-final da máquina social, mas também retroalimenta historicamente a identidade e a ideologia que a permanecem significando estruturalmente. Logo, compreender a violência de gênero significa também, e antes, compreender a função social e cultural dos papéis de gênero, pois são eles que fundamentam e justificam a presença das características que continuam a permanecer e a legitimar as relações de gênero da forma com a qual se apresentam em uma suposta e confortadora normalidade.

Neste contexto, o nosso passado social não omite as muitas circunstâncias que contribuíram para reforçar a dominação masculina, mas também pode, ilusoriamente, fazer-nos considerar certas questões apenas como meras curiosidades. Certas demandas do falocentrismo que hoje estão implícitas em nosso cotidiano são derivadas de conceitos e de normatizações explícitas em um passado não tão distante assim. Pateman (1993), em uma revisão histórica, lembra o advento do próprio contrato social, exaltado desde o século XVII por muitos historiadores como pedra fundamental para uma nova realidade sócio-política, através do empoderamento do Estado e da instauração de uma sociedade civil regulada pelo mesmo. O que - convenientemente, admitamos - nem sempre é mencionado nos livros de história é o fato dos direitos e dos cargos políticos serem eminente e historicamente masculinos, marginalizando a mulher nas limitações do ambiente doméstico e assegurando o papel dos homens enquanto valorosos e esforçados

trabalhadores/provedores - uma história na qual oficializaram-se relações díspares de poder e dominação disfarçadas de “liberdade” e de civilidade. A autora também procura resgatar alguns destes aspectos essenciais para uma compreensão mais abrangente e verossímil dos processos sociais e históricos que nos trouxeram até os dias de hoje, onde “contratos” estabelecidos entre homens e mulheres geralmente ainda as colocam - aberta ou implicitamente - em desvantagem, através da subordinação e da conseguinte necessidade de resignação.

Quando, no título deste texto, falamos em violência de gênero enquanto um recurso legitimado aos homens, o uso da palavra “enquanto” não é em vão, pois faz referência justamente a um passado histórico que permanece ainda presente. Mesmo já com grandes avanços no sentido da tentativa de reconhecimento do valor social da mulher, não nos deixa de parecer arcaica a necessidade de que algo assim ainda precise ser proposto a um processo de reconhecimento. Contudo, é somente a partir do momento que nos dispormos ao auto-estranhamento é que conseguiremos admitir as nossas incongruências.

O recente advento da lei brasileira nº 11.340, de 07/08/2006 (também conhecida como “Lei Maria da Penha”, em referência à biofarmacêutica que ficou paraplégica após levar um tiro do marido, pelas costas, em 1983, sendo o mesmo preso pela tentativa de homicídio somente no ano de 2003) pode ser considerado um grande exemplo disto. Foi a primeira lei específica para abordar a questão da violência contra a mulher, transformando-a em crime e legitimando à mulher medidas de proteção e assistência que antes dependiam, fundamentalmente, da própria vítima ou da boa-vontade alheia. A não-aceitação da violência doméstica como um fenômeno natural é o primeiro passo para a transformação de uma cultura jurídica que, historicamente, tolerou impensáveis violações de direitos em nome de um ideal familiar (Campos, 2006). Contudo, outro grande avanço conquistado com a nova lei foi atentar a sociedade para a importância de também atender aos homens maltratadores, tanto do ponto de vista penal - sem desconsiderar a sua responsabilidade pelo ato - quanto do ponto de vista preventivo e pedagógico, permitindo à justiça obrigá-lo a comparecer em programas de recuperação e de re-educação (Laporta, 2006). Pesquisa sobre

violência de gênero do Instituto Patrícia Galvão (2004) aponta que 90% das pessoas entrevistadas consideram necessária a realização de um encaminhamento do agressor a um programa de re-educação, posterior e vinculado a uma punição judicial.

Pensamos ser isto o estímulo a uma importante mudança de paradigma, pois a violência de gênero está embasada e precedida por uma violência estrutural, a qual, mais do que legitimar estereótipos e paradoxos, permite a um homem continuar a agredir mulheres em relacionamentos futuros. Isto ocorrendo também porque o mesmo corrobora na própria sociedade os seus pressupostos e comportamentos e, assim, não pára para refletir sobre eles. A violência de gênero é também absolutamente democrática: não escolhe raça, idade, credo ou nível sócio-econômico. Neste sentido, a intervenção junto aos homens agressores é fundamental se desejamos alguma possibilidade de mudança, mesmo que lenta e gradual, nas incongruências sociais que vitimam as mulheres já há tanto tempo (Saffioti & Almeida, 1995; Williamson-Fien, 1999, Winck & Strey, 2006).

Saffioti (2003) também ressalta a importância deste tipo de trabalho, indicando o grupo de reflexão como uma das medidas com maior possibilidade de êxito, tanto no âmbito preventivo quanto no âmbito pedagógico. Falar em pedagogia da violência parece não ser mais algo tão inusitado, pois as referências sócio-histórico-culturais acerca dos papéis de gênero constituem-se de algo que é transmitido e aprendido - logo sendo possível trabalhar-se com a possibilidade de novas configurações. Isto também ajuda-nos a evitar tomar as questões de gênero como um tema auto-explicativo e auto-justificado, e, assim, permitindo incluímo-nos tanto na sua reflexão quanto na responsabilidade pela sua transformação (Winck & Strey, 2006). Mesmo junto a agressores confessos, pesquisa realizada por Echeburua, Fernandez-Montalvo e Amor (2006) em prisões espanholas demonstrou que a realização de grupos pode promover uma significativa mudança acerca das crenças subjacentes à violência de gênero. A agressão, física ou psicológica, é, simultaneamente, comportamento e símbolo; uma vez que a representação do ato seja tomada

enquanto análise primordial, pode-se acreditar no investimento em uma tentativa também de “reaprendizagem” acerca da violência e das relações de gênero.

Mencionamos isso porque, para a realização deste texto, baseamo-nos também na experiência que adquirimos na coordenação de grupos de reflexão com homens acusados de violência de gênero. Neste trabalho, pudemos ter contato com as suas opiniões e percepções acerca das relações de gênero, muitas das quais influenciando as atitudes relacionadas às acusações de agressão que os levaram até a instituição. Assim, para ilustrar determinadas reflexões, utilizaremos falas de alguns destes participantes, pois elas, certamente, ao representarem um modo particular de ver os papéis de gênero, também estarão representando uma importante parcela do senso-comum que ajuda a legitimá-lo (Winck & Strey, 2006). Conforme corroboram Watts e Abdul-Adil (1997), a consciência crítica acerca dos próprios atos é uma habilidade essencial para mobilizar um processo de transformação e de desenvolvimento, em direção a uma maior conscientização individual, social e política dos comportamentos e posturas que adotamos e reproduzimos.

Homem, poder e sociedade

Papéis e violência de gênero são elementos altamente interligados, dois lados de uma mesma moeda. A violência geralmente surge a partir de fatores associados aos modos de percepção e de significação do gênero, no âmbito das relações interpessoais e intersubjetivas. Contudo, a internalização de papéis de gênero estereotipados nem sempre pode levar à violência física, e esta é uma simplificação cartesiana um tanto perigosa das relações de gênero, muito comum na nossa sociedade: a questão de considerar violência somente enquanto comportamentos que envolvam o contato físico (Renauer & Henning, 2005).

As mulheres, especialmente, são enormemente vitimadas por este estigma. Como nem toda a violência de gênero é física, torna-se difícil perceber e refletir sobre algo que não é concreto, palpável. É comum ainda a percepção de que tal situação seja considerada apenas como problema

particular, restrito a certos casais, e que, por isso mesmo, nada teríamos a ver com isso. É uma espécie de patogenia da violência de gênero, transformando-a em uma doença de especificidade e de profilaxia puramente individual e isolada. Sendo “doença”, a violência é colocada somente fora, algo à parte, e não também dentro, amalgamada e constituinte simultaneamente da individualidade e da coletividade. É a mentalidade do “em briga de marido e mulher não se mete a colher”, assertiva com a qual 66% dos 2002 entrevistados/as (52% mulheres e 48% homens) pelo Instituto Patrícia Galvão (2004) concordaram. Isto, nada mais faz do que confirmar a estereotipia aprendida e legitimada, embutida pressupostamente inquestionável nos papéis de gênero - onde a sociedade, ao mesmo tempo, exclui-se da responsabilidade de reconhecimento da violência e admite que, caso haja uma eventual necessidade de sua utilização, ninguém teria nada a ver com isso. Contudo, e felizmente, a idéia de que a mulher deve agüentar agressões em nome da estabilidade familiar é claramente rejeitada (86%), assim como o chavão “ele bate, mas ruim com ele, pior sem ele”, que é rejeitado por 80% (Bevacqua & Baker, 2004; D’Cruze & Rao, 2004; Hopkins & Koss, 2005).

Isto, porém, demonstra que ainda algumas formas de violência justificam-se, permanecendo “invisíveis” à esfera pública. Os crimes contra a mulher freqüentemente não chegam às estatísticas justamente porque ficam estritamente associados a questões consideradas como sendo privativas ao casal. Mesmo assim, quando as mulheres decidem buscar ajuda nas (ainda insuficientes) políticas públicas de atendimento à violência conjugal, podem ser mais uma vez vitimadas pela falta de informação, de capacitação e de capacidade de indignação que afeta cronicamente a todos/as nós. Aliás, cabe-nos também cuidar para que uma abordagem assistencialista dos problemas de gênero não acabe levando a um entendimento somente clínico e não também estrutural destas questões. Quando, portanto, um homem agride a sua companheira - seja em um espaço privado ou não - não está a fazê-lo isoladamente, mas também porque a sociedade silenciosamente “permite” que este espaço se constitua - seja isto por convicção ou por negligência. Além disso, fecha os olhos e não vê este sujeito como simultâneos espelho e reflexo de seus próprios lapsos e incongruidades (Williamson-Fien, 1999). Como bem aponta Campos (2006), “naturalizada socialmente e enraizada

nos costumes, a violência (...) tem sido perversamente aceita, solidificando padrões abusivos nas relações interpessoais e dificultando mudanças significativas na cultura.” (p. 19).

O problema, assim, fica sendo jogado sempre para longe e, ao mesmo tempo, para lugar algum, como uma batata quente nas mãos, criando-se bodes expiatórios para darem conta não somente da justificativa como também da culpa. A equivocada “comportamentalização” da violência de gênero, delegando-a somente em seu aspecto físico e condutual, esconde a complexa trama de pressupostos que poderiam permitir, previamente, que ela se manifestasse - confunde-se a consequência com a causa. Desta forma, cria-se a impressão de que a ausência da agressão física seria sinônimo de ausência total de violência, o que não é necessariamente verdade. No trabalho com agressores, é um tanto comum fazer-se esta confusão, valorizando-se unicamente a não-violência corporal como representante de um processo de recuperação dos mesmos. Enquanto isso, outras formas de violência, como indiferença, autoritarismo ou intimidação, por exemplo, podem seguir fazendo parte do cotidiano na vida doméstica sem se mostrarem relevantes (Jennings, 1990; Werba, 2004).

Nesta perspectiva, o álcool (ou o uso de qualquer outra droga) também pode transformar-se noutro elemento culpabilizante, e sua discussão neste âmbito é sempre polêmica. O fato é que precisamos sempre estar atentos/as para não cair na mesma lógica simplificadora que considera violência somente agressões físicas; o álcool pode, seguramente, constituir um elemento potencializador da violência nas relações de gênero, mas não devemos compreendê-lo enquanto causa da mesma. Pesquisa conduzida por Maharajh e Ali (2005), por exemplo, apontou que esposas de homens alcoolistas eram vítimas de experiências violentas mais dolorosas e lesivas - algo que não se limitava apenas a brigas, mas também englobando o próprio relacionamento sexual. É preciso ficar claro que o componente de gênero, subliminar à violência, permanece presente com ou sem o uso do álcool, e uma percepção limitada de causa e efeito pode nos levar a acreditar que retirar o álcool da relação seria sinônimo de retirar a violência de gênero. As agressões não estão dentro das garrafas, mas, certamente, as garrafas podem vir a fazer parte de relacionamentos pautados por relações de gênero disfuncionais - especialmente quando sirvam como elemento

catalisador àqueles que acreditem precisar, cedo ou tarde, reafirmar a sua força e repudiar o reconhecimento de suas fragilidades e necessidades humanas.

Aliás, esta é uma discussão necessária e que não podemos ignorar: o quanto os mesmos papéis de gênero que prestam-se a legitimar o empoderamento do homem podem tornar-se a causa de um intenso sofrimento. Este comentário pode, em uma análise rápida, parecer incoerente, afinal como podemos ponderar, diante do imenso sofrimento causado às mulheres, que seus “algozes” também seriam vítimas? Na verdade, os próprios homens não conseguem evitar também prejudicarem-se com a sua própria violência, como o cachorro que morde o próprio rabo ou a pessoa que dá um tiro no pé: à medida que aumenta a necessidade de reafirmação de todas as prerrogativas e expectativas concernentes à sua própria masculinidade, maior também se torna o compromisso deste homem na manutenção e na preservação deste papel - e isto é algo que às vezes também custa caro. Demonstrar e exercer permanentemente fortaleza e auto-suficiência é uma necessidade que não admite exceções ou momentos de fraqueza: a frustração de ver-se impotente diante de situações nas quais deveria “honrar” os pressupostos de seu “papel de homem” pode se mostrar tão intensa quanto o compromisso em ter de manter-se correspondendo a este papel (Saffioti, 1999).

Esta é uma noção coerente a certas reflexões de Foucault (1979, 1988) acerca do poder, as quais nos parecem um tanto adequadas para abordarmos esta permissividade não-assumida ao masculino, esta espécie de força que se faz tão presente e, ao mesmo tempo, não tem um “lugar” próprio. Isto porque, para o autor, não é possível “localizar” o poder, ou seja, ele não está em um lugar estabelecido e restrito da relação. O poder é, acima de tudo, o produto da interação entre forças e, sendo ele associado a este campo epistêmico, está em todos os lugares onde estabeleçam-se relações, fluindo e (re)produzindo-se através delas, interligando todas as pessoas envolvidas. O poder institui-se como uma teia de relações que não apenas reprime, exclui, interdita, domina, mas também incita, produz, perpassa a vida cotidiana e marca corpos, delimita comportamentos, define gestos e constrói saberes: “Dizendo poder, não quero significar ‘o Poder’, como conjunto de instituições e aparelhos garantidores da sujeição dos cidadãos em um Estado determinado. Também

não entendo poder como modo de sujeição que, por oposição à violência, tenha a forma da regra. Enfim, não o entendo como um sistema geral de dominação exercida por um elemento ou grupo sobre outro e cujos efeitos, por derivações sucessivas, atravessam o corpo social inteiro” (Foucault, 1988, p. 88).

Machado (1981) complementa, apontando que é limitador prender-se à situação de um lado ficarem os que têm o poder e, do outro, aqueles que se encontram dele alijados - rigorosamente falando, o poder, por si só, não existe; existem, sim, práticas ou relações de poder. Isto significa dizer que poder é algo que se exerce, que funciona. O poder não é um objeto, uma coisa, mas uma relação, a qual se produz a cada instante, em todos os lugares e circunstâncias, prestando-se a uma função, um objetivo, conforme observa Foucault (1988). Para o autor, toda relação de poder é, antes de tudo, uma relação entre forças. Contudo, está sempre intrínseca a toda a relação uma possibilidade de resistência. Conforme segue apontando, “jamais somos aprisionados pelo poder: podemos sempre modificar sua dominação em condições determinadas e segundo uma estratégia precisa” (Foucault, 1979, p. 241). É claro que uma possibilidade nem sempre traduz-se em uma efetividade, pois faz parte das relações de poder - nas relações de gênero, em especial - o permanente reforço à parte oprimida de que, em oposição a uma referência de normalidade naturalmente pressuposta, transformação seria sinônimo de subversão.

A exemplo da heterogeneidade quanto à tentativa de “localização” do poder, o mesmo se aplica à noção de resistência: ela poderia, em tese, instituir-se em qualquer lugar e circunstância nas relações. Dessa forma, poder e resistência estariam presentes coexistencialmente em um mesmo processo, em uma mesma relação, mesmo que esta dualidade não esteja explícita - a resistência, desta forma, também prestar-se-ia para legitimar o próprio poder, uma vez que traria significado ao esforço pela sua manutenção. Esta dinâmica, então, possibilitaria a produção de novas configurações, para que novos campos de forças se estabeleçam e, assim, novas relações de poder e pontos de resistência se constituam sucessivamente (Moreira Neto, 2001). A grande questão prática deste aspecto está nas “medidas”: enquanto os focos de resistência não consigam a mesma

legitimidade social que os vetores opressivos, acabam tornando-se mecanismos que retro-alimentam a ordem vigente e marginalizam possibilidades dissonantes, estigmatizando-as ao campo da incongruência e das superfluidades.

Para as relações de gênero, os pressupostos de poder e resistência podem vir justamente ao encontro de muitas de suas demandas e dificuldades. Enquanto não cria-se a possibilidade de reflexão sobre o poder implicado nos papéis de gênero, não existe a possibilidade de constituir pontos de resistência à norma. E, quando falamos em resistência, não sugerimos uma insurreição, uma nova subversão para inverter os pesos da balança. Desta forma, continuaríamos com a cultura dicotômica que auto-repele as diferenças e cria cada vez mais distantes pólos opostos. É por isso que entendemos ser fundamental a inclusão dos homens neste processo de novas significações e conjunturas, pois esta não é uma causa unilateral. Quando os homens conseguem olhar para si mesmos e para aquilo que os constitui enquanto sujeitos, cria-se uma possibilidade para a produção de subjetividade, antes improvável (Medrado, Lyra, Galvão & Nascimento, 2006).

Sem aprofundar-se em seus próprios paradigmas, o homem continua a reverberar e a reproduzir a identidade historicamente constituída, dentro da qual a própria dispensabilidade da auto-reflexão faz parte de um senso-comum social e culturalmente constituído em sua naturalização. Enquanto homem estereotipado, o poder instituído autoriza, implícita ou explicitamente, a possibilidade de subjugação da mulher nas mais variadas circunstâncias - e o reconhecimento desta possibilidade, mesmo sem a concretização em ato, é a grande representante deste poder subliminar (Nolasco, 1995b; Rutherford, 1992).

Um dos participantes da nossa pesquisa, ao falar sobre a agressão física que assumiu ter realizado junto à sua companheira, disse: “É claro que em mulher não se bate, mas tem horas que...” (sic), finalizando com reticências que sugeriram uma justificativa plausível com a qual os demais presentes no grupo pareceram imediatamente identificarem-se. Esta fala está relacionada a uma história escrita por pressupostos com os quais convivemos desde cedo e que, de uma forma ou de outra, criam estereótipos que contribuem para que tanto as variadas formas de violência de gênero

sejam banalizadas ou ignoradas pelos homens - sejam eles agressores ou não (Brasileiro, 2005; Homem, 2005). Um exemplo pode ser visto nos resultados de pesquisa realizada por Anderson e Umberson (2001) com 33 homens agressores, os quais culpavam exclusivamente suas companheiras pelos maus-tratos por elas sofridos, e referiam a si mesmos como pessoas não-violentas, capazes e racionais - ou seja: as agressões, comprovada e assumidamente ocorridas, prestaram-se a atender uma necessidade pautada no mau-comportamento delas, e não deles. Outro estudo realizado por Gerber, Crone e Steigman (2004) aponta que, em situações de estupro, os homens geralmente tenderiam a atribuir maior culpa à própria vítima do que ao estuprador. Em outro levantamento realizado com homens detidos sob a acusação de violência conjugal, Echeburua, Fernandez-Montalvo e Amor (2003) averiguaram que tais indivíduos relatavam concepções substancialmente alicerçadas em torno de referenciais hostis e discriminatórios com relação à mulher: para tais sujeitos, a violência - física e/ou psicológica - era compreendida como solução altamente eficaz para a resolução de problemas e de discussões na conjugalidade, fazendo com que a agressão assumisse uma função instrumental. Neste sentido, diz muito a fala de outro participante de nossa pesquisa: “Nunca agredi a minha mulher, uma vez só peguei ela e dei um chacoalhão” (sic).

Os estudos de gênero vêm especialmente demonstrando a exclusão, a discriminação e a opressão das mulheres ao longo da história, através da institucionalização de papéis sociais legitimadores de uma centralização do poder e da força de trabalho na figura do homem. Com isto, através da historicidade de um paradigma biológico, a própria função reprodutiva da mulher, por si só, já foi justificativa para a sua exclusão dos modos de produção social. Presumiria, assim, a justificativa para que a mulher assumisse funções que tivessem a sua importância e o seu campo de ação circunscritos à família, a fim de dar conta desta que seria uma “aptidão natural”. Acontece que, como sabemos, quanto mais natural algo é considerado, mais absurda e distante fica a sua possibilidade de contestação (Firestone, 1976; Petersen, 1999; Moscovici, 2003).

Assim, cria-se e institucionaliza-se uma nova e derradeira ocupação, hoje de escuta comum e destinada a ilustrar e a justificar o papel do feminino na sociedade contemporânea: a mulher também passa a ser “do lar”. Conseqüentemente, institui-se um protótipo de família, idealizado, verticalmente hierarquizado e governado pela figura masculina. Nela, o homem é pai, chefe e provedor, relegando a mulher e atribuindo-lhe tarefas e funções primordialmente orientadas ao cuidado - seja ele dos filhos, do esposo ou das tarefas domésticas, cuidando e responsabilizando-se pela manutenção do ambiente familiar e de sua harmonia (Saffioti, 1987; Trevisan, 1998; Strey, 2002).

É como se a casa, em certos casos, fosse uma espécie de calabouço no qual a mulher precisasse ficar presa a fim de estar permanentemente disponível a satisfazer as necessidades do homem e da família. Este papel da mulher no ambiente doméstico é também resultado direto de uma cultura, patriarcalmente orientada, que, ao longo dos tempos, privilegiou o homem com a permissão para trabalhar e ascender socialmente (Nolasco, 1995a). Assim, o que mais restava às mulheres senão ficar em casa, cuidando de tudo e aguardando a chegada de seus “príncipes”? Até hoje estranha-nos a idéia de um homem dizer que é “do lar”, quando lhe seja perguntada a sua ocupação profissional; ainda, possivelmente, pulsaria aí uma evidente sensação de incongruência. Aliás, por conta da valorização histórica unilateral do trabalho masculino, até hoje ser “dona de casa” não é considerado como profissão (sem falar que, neste sentido, a palavra “dona” é absolutamente paradoxal).

Na pesquisa que realizamos, ficaram bem representados estes papéis estereotipados atribuídos a homens e a mulheres no contexto familiar. A expressão “chefe” foi bastante utilizada por diversos participantes para designar a figura masculina no lar. Chefe, seja da casa, seja da família - como era mencionado - de toda maneira remete diretamente a uma relação de subordinação. Outra expressão comum neste contexto é corresponder à qualificação de ser “homem” (o homem da casa ou o homem da família, por exemplo), em uma relação análoga à representação do chefe: isto relativiza poder e masculinidade ao passo que equivale a condição de ser homem com a de ser chefe. Aliás, a

palavra “marido”, em sua origem, significa nada mais que “dono”, levando-nos de volta à época em que a mulher casada era, oficialmente, propriedade do homem (Viaro, 2004). Mesmo não sendo mais oficial, pouco mudaram os pressupostos de gênero por trás da etimologia; diríamos que muito mais adaptaram-se do que transformaram-se. Ainda temos, portanto, um marido - um dono - para o qual a palavra equivalente no gênero oposto não pode ser “marida”, pois a mesma não existe; o par é formado por um marido e por uma mulher. Dona, conforme já vimos, só de casa (e ainda assim figurativamente). Continua ou não condição de ser mulher condicionada à condição de ser propriedade do universo masculino?

O secular contexto da dominação masculina, representada desde o ambiente doméstico e, dali, espalhando-se por todo o seio social, sempre fez parte de um amplo processo de construção de valores e de normas. Tais questões estão ainda hoje presentes e mostram-se de difícil desarticulação, pois atrelam-se à cultura contemporânea através pressupostos - morais e moralistas - que levaram à estipulação de ditames de comportamento para um protótipo de “decência” à mulher. Isto concretamente exemplifica-se através de um documento que chegou a ser publicado no Jornal do Comércio de Desterro (atual Florianópolis), em 1888, intitulado Os Dez Mandamentos da Mulher - todos absolutamente auto-explicativos. Eram eles: “1º) Amai vosso marido sobre todas as coisas; 2º) Não lhe jureis falso; 3º) Preparai-lhes dias de festa; 4º) Amai-o mais que o vosso pai e a vossa mãe; 5º) Não o atormenteis com exigências; 6º) Não o enganeis; 7º) Não lhe subtraiais dinheiro, nem gasteis este com futilidades; 8º) Não resmungueis, nem finjais ataques nervosos; 9º) Não desejeis mais do que um próximo e que este seja o teu marido; 10º) Não exijais luxo e não vos detenais diante das vitrines” (Trevisan, 1998, p. 33).

Logo, não fica difícil compreender uma predisposição à instauração das incongruências e, conseqüentemente, da violência de gênero em uma sociedade identificada esta representação do feminino. É aí que os pressupostos historicamente aprendidos e corroborados vêm à tona com toda a legitimidade necessária à sua imposição como exclusividade do âmbito privado. A violência, na verdade, não inicia neste momento específico, mas existe na própria estrutura social que não

consegue reconhecê-la (Williamson-Fien, 1999). Por isso, é evidente que a prevalência da violência de gênero está diretamente proporcional ao quanto as sociedades toleram ou abstêm-se desta realidade, de acordo com as configurações do empoderamento de gênero presentes em cada cultura (Gracia & Herrero, 2006).

Considerações finais

As formas de manifestação da violência de gênero, reafirmamos, refletem as amplas incongruências entre os papéis socialmente atribuídos a homens e mulheres. Isto, muitas vezes, faz com que a casa - ambiente geralmente considerado o mais seguro - torne-se justamente o mais perigoso. O que precisamos reconhecer é que a violência contra as mulheres no ambiente doméstico é também um produto e uma representação da violência à qual está submetida a própria condição de ser mulher nos dias de hoje (e ainda mais em tempos passados). A violência de gênero não é um episódio, é um processo, um ciclo contínuo que, sem uma oportunidade de interrupção, tende a permanecer alternando, sucessiva e estereotipadamente, tensão, violência e pedidos de desculpas (Marimon, Sastre & Hernández, 2003; McKie, 2003; Hollander, 2005; Weinberg, 2006).

Um exemplo bastante consistente disto está na anteriormente mencionada pesquisa realizada pelo Instituto Patrícia Galvão (2004). Através da pergunta “o que a sociedade pensa sobre a violência contra as mulheres”, 91% consideraram absurdo o uso da violência contra a mulher, porém sem que 16% (a maioria homens) admitissem existir situações específicas nas quais a mesma seria “compreensível”. Isto revela um paradoxo diante dos 82% concordantes que “não existe nenhuma situação que justifique a agressão do homem a sua mulher”. Estes dados constituem-se em um bom ponto de partida para pensarmos sobre os antagonismos e as incoerências com os quais possivelmente nos deparamos quando colocarmos em xeque os ideais e valores de gênero que aprendemos a cultivar e que, por serem pontos de referência, traziam uma bem-vinda sensação de paz e harmonia. na percepção possamos ter, enquanto sociedade. Mesmo quem esteja disposto/a à

reflexão pode confundir-se e aprisionar-se nos (e pelos) discursos sociais naturalizados (Soares, 2006).

Por tudo isto, os pressupostos de gênero, a exemplo do poder, também diluem-se e difundem-se no campo das relações: quando institucionalizados, expressam-se (e expandem-se) desde a família nuclear até as instituições sociais, retornando à família e expandindo-se novamente, em um ciclo interminável, onde não temos como “extraí-los” individualmente; precisaremos, sim, trocar a pinça pelo bisturi e nos dispormos a uma cirurgia extrema, através da qual poderemos, enfim e de fato, encarar e lidar com tudo isso de mais profundo que pulsa (e repulsa) nas veias e vias que interligam sociedade e individualidade.

É relativamente fácil assumir a responsabilidade pela transformação de algo que nos pertence; o difícil é mobilizar-se em torno de algo que nos é estranho e não-familiar. Portanto, o que basta é distinguir, dar-mos também um “chacoalhão” quanto ao nosso papel efetivo na complexidade e nas contradições das relações e dos significantes do gênero enquanto algo que é indelével de nosso cotidiano. Estando o poder nas relações, conforme referimos, é também nelas e através delas que poderemos conseguir atingir as transformações - mas, como sempre, somente aquelas que julgemos “necessárias”. Portanto, antes de transformar, é preciso que a motivação e a identificação subjacentes à causa encontrem força e reconhecimento suficientes para gerar alguma inquietação. A nossa cultura individualista contemporânea gosta muito de respostas porque não tem mais tempo para as perguntas, continuando a dar a “cura” sem compreender a “doença” - e é justamente ele, o tempo, que nos constitui não a pessoa que simplesmente somos, mas sim aquela que nos tornamos.

REFERÊNCIAS

Anderson, K & Umberson, D. (2001). Gendering violence: Masculinity and power in men's accounts of domestic violence. *Gender & Society*, 15 (3), p. 358-380.

Berger, P. & Luckmann, T. (2004). A Construção Social da Realidade. 24 ed. Rio de Janeiro: Vozes.

Bevacqua, M. & Baker, C. (2004). “Pay no attention to the man behind the curtain”: Power, privacy and the legal regulation of violence against women. Women & Politics, 26 (3-4), p. 57-83.

Brasileiro dedica 0,7 hora à casa. (2005, 11 de julho). Folha de São Paulo [on-line]. Disponível: www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u110944.shtml

Butler, J. (2005). Cuerpos que importan: Sobre limites materiales y discursivos del “sexo”. Buenos Aires: Paidós.

Campos, C. (2006, 23 de julho). Mais proteção às mulheres. Zero Hora, 14940, p. 19.

D’Cruze, S. & Rao, A. (2004). Violence and the vulnerabilities of gender. Gender & History, 16 (3), p. 495-512.

Echeburua, E.; Fernandez-Montalvo, J. & Amor, P. (2003). Psychopathological profile of men convicted of gender violence: A study in the prisons of Spain. Journal of Interpersonal Violence, 18 (7), p 798-812.

Echeburua, E.; Fernandez-Montalvo, J. & Amor, P. (2006). Psychological treatment of men convicted of gender violence: A pilot study in spanish prisons. International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology, 50 (1), p. 57-70.

Femenías, M. L. (2003). Judith Butler (1956). Madrid: Ediciones del Orto.

Firestone, S. (1976). A dialética do sexo. Rio de Janeiro: Labor.

Foucault, M. (1979). Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Graal.

Foucault, M. (1988) História da Sexualidade I: A Vontade de Saber. Rio de Janeiro: Graal.

Gerber, G. L.; Crone, J. & Steigman, H. J. (2004). Attributions of blame in sexual assault to perpetrators and victims of both genders. Journal of Applied Social Psychology, 34 (10), p. 2149-2165.

Gracia, E. & Herrero, J. (2006). Acceptability of domestic violence against women in the European Union: A multilevel analysis. Journal of Epidemiology and Community Health, 60 (2), p. 123-129.

Hollander, J. (2005). Challenging despair: Teaching about women's resistance to violence. Violence Against Women, 11 (6), 776-791.

Homem crê que divide tarefas. (2005, 11 de julho). Folha de São Paulo [on-line]. Disponível: www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u110943.shtml

Hopkins, C. Q. & Koss, M. (2005). Incorporating feminist theory and insights into a restorative justice response to sex offenses. Violence Against Women, 11 (5), p. 693-723.

Instituto Patrícia Galvão (2004, dezembro). O que a sociedade pensa sobre a violência contra a mulher.

Jennings, J. (1990). Preventing relapse versus "stopping" domestic violence: Do we expect too much too soon from battering men? Journal of Family Violence, 5 (1), p. 43-60.

Laporta, T. (2006). Lei Maria da Penha: Fim da violência doméstica? Visão Jurídica, 6, p.14-18.

Machado, R. (1981). Ciência e Saber: A Trajetória da Arqueologia de Michel Foucault. Rio de Janeiro, Graal.

Maharajh, H. & Ali, A. (2005). Aggressive sexual behaviour os alcohol-dependent men. Alcoholism Treatment Quarterly, 23 (4), p. 101-106.

Marimon, M; Sastre, G & Hernández, J. (2003). Sumisión aprendida: Un estudio sobre la violencia de género. Anuario de Psicología, 34 (2), p. 235-251.

McKie, L. (2003). Gender, violence and health care: Implications for research, policy and practice. Sociology of Health and Illness, 25 (1), p. 120-131.

Medrado, B.; Lyra, J.; Galvão, K. & Nascimento, P. (2006). Homens, por quê? Disponível em: <www.papai.org> Acesso em 18 nov. 2006.

Moreira Neto, M. (2001). O poder em Foucault e o poder nas mulheres. Par'a'iwa: Revista dos Pós-Graduandos em Sociologia da UFPB, 1 [on-line]. Disponível: www.cchla.ufpb.br/paraiwa/01-moreiraneto.html.

Moscovici, S. (2003). Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social. Rio de Janeiro: Vozes.

Nolasco, S. (1995a). A desconstrução do masculino: Uma contribuição crítica à análise de gênero. In Nolasco, S. (org.) A Desconstrução do Masculino. Rio de Janeiro: Rocco.

Nolasco, S. (1995b). O Mito da Masculinidade. Rio de Janeiro: Rocco.

Pateman, C. (1993). O Contrato Sexual. São Paulo: Paz e Terra.

Petersen, A. (1999). Discutindo o uso da categoria gênero e as teorias que respaldam estudos de gênero. In: Strey, M. (org.). Gênero por Escrito: Saúde, Identidade e Trabalho. Porto Alegre: EdiPUCRS.

Renauer, B. & Henning, K. (2005). Investigating intersections between gender and intimate partner violence recidivism. Journal of Offender Rehabilitation, 41 (4), p. 99-124.

Rodríguez, E. (2002). Por qué le llaman género cuando quiren decir sexo? Uma aproximación a la teoría de la performatividad de Judith Butler. Athenea (2), p. 30-41.

Rutherford, J. (1992). Men's Silences. Londres: Routledge.

Saffioti, H. (1987). O Poder do macho. São Paulo: Moderna.

Saffioti, H. (1999). Já se mete a colher em briga de marido e mulher. São Paulo em Perspectiva, 13 (4), p. 82-91.

Saffioti, H. (2003). Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. Cadernos Pagu, 16, p. 115-136.

Saffioti, H. & Almeida, S. (1995). Cidade maravilhosa: A outra face. In Violência de Gênero: Poder e Impotência. Rio de Janeiro: Revinter.

- Scott, J. (1995). Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. Educação e Realidade, 20 (2), p. 71-99.
- Soares, L. (2006, 25 de março). O fim do silêncio. Veja, 1947, p. 76-82.
- Strey, M. (2002). Aprendendo a ser inferior: As hierarquias de gênero. In Strey, M; Lyra, A. & Ximenes, L. (org.) Gênero e Questões Culturais: A Vida de Mulheres e Homens na Cultura. Recife: Ed. Universitária da UFPE.
- Strey, M. (2004). Violência de gênero: Uma questão complexa e interminável. In Strey, M.; Azambuja, M. & Jaeger, F. Violência, Gênero e Políticas Públicas. Porto Alegre: EdiPUCRS.
- Thompson, J. B. (2000). Ideologia e Cultura Moderna: Teoria Social Crítica na Era dos Meios de Comunicação de Massa. 5 ed. Petrópolis: Vozes.
- Trevisan, J. (1998). Seis balas num buraco só: A crise do masculino. Rio de Janeiro: Record.
- Viaro, M. E. (2004). Por Trás das Palavras: Manual de Etimologia em Português. São Paulo: Globo Editora.
- Watts, R. & Abdul-Adil, J. (1997). Promoting critical consciousness in young, African-American men. Journal of Prevention and Intervention in the Community, 16 (1-2), p. 63-86.
- Weinberg, M. (2006, 15 de março). Retrato da Violência. Veja, 1947, p. 83.
- Werba, G. C. (2004). Quero ficar no teu corpo feito tatuagem: Reflexões sobre a violência contra o corpo da mulher. In Strey, M. & Cabeda, S. Corpos e Subjetividades em Exercício Interdisciplinar. Porto Alegre: EdiPUCRS.
- Williamson-Fien, J. (1999). Poder. In Hicks, D. Educación para la paz: Cuestiones, principios y práctica en el aula. Madrid: Morata.
- Winck, G. & Strey, M. (2006). Considerações sobre gênero a partir da coordenação de grupos com homens acusados de agressão. Seminário Internacional Fazendo Gênero 7 - Gênero e preconceitos: anais. Florianópolis: Mulheres.

“Na casa da gente é a gente quem manda”: Percepções sobre violência e relações de gênero em homens acusados de agressão

Gustavo Espíndola Winck

Marlene Neves Strey

RESUMO

O presente texto pretende apresentar e discutir percepções acerca das relações e da violência de gênero entre homens acusados de agressão. Para tanto, os dados serão obtidos a partir de entrevistas individuais estruturadas (com questões abertas), além de anotações em diário de campo relativas à participação dos mesmos em grupos de reflexão. O delineamento foi qualitativo e, para o levantamento, foi utilizada a Análise de Discurso. Os resultados encontrados direcionam para questões como a dificuldade do reconhecimento da violência psicológica no ambiente familiar, a manutenção dos estereótipos ideológicos de gênero, a percepção da rede de apoio social e a utilização da violência psicológica como recurso de coerção e de manutenção das relações de poder - especialmente na conjugalidade. A importância do debate social acerca dos papéis de gênero e futuras implicações do estudo também são discutidas.

Palavras-chave: Papéis de gênero, violência de gênero, masculinidade.

ABSTRACT

“In our house, we order”: Violence and gender relations perceptions among aggression-accused men

This text intends to present and discuss perceptions about gender relations and gender violence among battered-accused men. To that, the data will be obtained by individual structured-interviews (with open questions), and notes from the field diary related to their participation in reflexive groups. The design was qualitative and, for the survey, was used the Discourse Analysis. The results point to questions such the difficulty of acknowledge of psychological violence on the family environment, the maintenance of ideological gender stereotypes, the social support network's perception, and the use of psychological violence as a coercive and maintenance resource

for the power-related relationships - especially on the conjugality. The social debate's importance about the gender roles and future study's implications are also discussed.

Key-words: Gender roles, gender violence, masculinity.

Reflexões iniciais: “É a gente quem manda”

Quando nos deparamos com o desejo de realizar uma pesquisa sobre violência de gênero entrevistando homens acusados de agressão, mal fazíamos idéia de onde esta experiência iria nos levar. Os estudos de gênero constituem um campo epistemológico onde os trabalhos sobre este tema a partir do paradigma feminino são consideravelmente mais abundantes, até porque fazem justiça a uma ainda (e cada vez mais) necessária abordagem dos pressupostos que subjugarão-nas não somente no campo das relações de gênero, mas também no contexto social, na vida política e em sua própria subjetividade. Por esta razão, consideramos também importante contribuir nesta proposta, através de uma tentativa de compreender a violência de gênero a partir do olhar de seu outro personagem, o agressor, procurando discutir e problematizar os pressupostos históricos, sociais e culturais subjacentes à violência a partir dos relatos de suas percepções sobre gênero.

Contudo, tão logo deparamo-nos com a instituição que possibilitaria a realização de nossa pesquisa - um Fórum da região metropolitana de Porto Alegre - percebemos que apenas a realização de entrevistas individuais, como outrora havíamos planejado, não seria suficiente para atender às nossas expectativas - expectativas estas não unicamente relacionadas a pressupostos científicos, mas, sobretudo, a uma necessidade de mobilização e de transformação que consideramos fundamental no que concerne aos valores e paradoxos reproduzidos nas (e pelas) relações de gênero.

Por isso, diante da oportunidade que a estrutura física do local nos propiciou, e da possibilidade de propor alternativas para interromper o ciclo da violência de gênero, iniciamos também a realização de grupos de reflexão com os acusados de agressão. Para tanto, valemo-nos do respaldo do Fórum que, desde o início, apoiou a iniciativa e agregou o comparecimento no grupo enquanto obrigação legal para os homens acusados de violência doméstica, os quais eram intimados

judicialmente a partir de denúncias de suas parceiras. Sendo acusado por determinado episódio de violência, lhe era dada a oportunidade de, caso participasse de todos os encontros propostos e não reincidisse nas agressões, ter aquela acusação específica arquivada pela instituição.

Sabíamos, desde o princípio, que isto não seria a solução definitiva e auto-suficiente para o problema, pois a própria oportunidade de livrar o acusado de um processo que, caso adiante seguisse, possivelmente o levaria à condenação, é bastante polêmica. No entanto, decidimos seguir com a proposta não somente em virtude da brandura destas condenações (as quais, antes do advento da Lei 11.340, conhecida como “Lei Maria da Penha”, geralmente não passavam do pagamento de cestas básicas ou do cumprimento de serviços comunitários), mas, principalmente, em função de algo que consideramos absolutamente essencial: se estes homens não vivenciassem um espaço de discussão e de mobilização acerca dos pressupostos que, em maior ou menor grau, corroboraram para a atitude que os trouxe até ali, provavelmente eles seguiriam replicando estes mesmos comportamentos em relacionamentos posteriores (Campos, 2006; Soares, 2006).

Não queremos, de forma alguma, que não haja a responsabilização por todo e qualquer ato de violência contra a mulher, mas também consideramos da maior importância compreender que esta violência também acontece porque está consonante a uma série de estereótipos de gênero que perpassam, há muito tempo, todos e todas nós. Sem o espaço para reflexão, somente a punição judicial pode vir a banalizar-se e a virar moeda de troca: uma agressão por um castigo, sem que o sentido deste castigo seja pensado, assimilado e promova mudanças. Neste sentido, o grupo de reflexão é considerado, dentro das alternativas possíveis para tal abordagem, como uma das melhores opções tanto em sentido instrumental (re-educador) quanto preventivo (Cook & Koss, 2001; Saffioti, 2003; Echeburua, Fernandez-Montalvo & Amor, 2003, 2006; Van Soest, 2004; Cortez, Padovani & Williams, 2005; Winck & Strey, 2006).

No entanto, quando mencionamos que a violência de gênero está relacionada a um passado histórico, em nenhum momento pretendemos referi-la dentro de uma concepção estagnada e temporal, muito pelo contrário; tais questões não pararam em um só momento de se transformar,

adaptando-se à contemporaneidade com desenvoltura, e esta é justamente a maior complicação: o que se mantém estagnado não são os mecanismos, mas sim os seus objetivos, a sua ideologia. Exemplos para pensarmos a respeito não faltam; seja nas seqüelas diretas da modernidade, remetendo-nos à herança patriarcal do direito romano (quando as mulheres eram juridicamente propriedades dos homens), seja na própria pré-história (quando, nos “afazeres domésticos”, as mulheres desempenhavam um papel indispensável de sobrevivência ao grupo) os estereótipos machistas e patriarcais continuam a reverberar e a buscar subsídios de sobrevivência. Muitas vezes inocuamente, mas sempre encontrando subterfúgios coerentes para o acompanhamento do tempo presente, tratam de permanecer atrelado à normalidade que exime-os dos holofotes da responsabilidade. É da necessidade deste tipo de transformação que falamos, exatamente a que pode mostrar-se tão complexa e inviável pelo fato de necessitar debater preceitos já naturalizados no relacionamento interpessoal. A violência de gênero não ocorre aleatoriamente, mas deriva de uma organização social de gênero que historicamente tende a privilegiar o masculino individual, social e politicamente (Saffioti, 1999, 2005; Pessis & Martín, 2005).

Segundo pesquisa da Fundação Perseu Abramo (2001; Venturi, Recaman & Oliveira, 2004), uma em cada cinco brasileiras (19%) sofreu algum tipo de violência por parte de algum homem: 16% relatam casos de violência física, 2% de violência psicológica e 1% de assédio sexual. Quando descrevem as diferentes formas de agressão, 33% experimentaram alguma violência física, 27% violência psicológica, 11% assédio sexual, e 11% foram espancadas. Na população, isso significava, à época da pesquisa, algo em torno de 6,8 milhões de mulheres. Considerando a proporção das que sofreram espancamento no ano anterior, calculou-se que a cada quinze segundos uma mulher era espancada em nosso País. Seguindo nos mesmo dados, quando solicitadas a definir simplesmente como era “ser mulher”, a maioria das participantes associou espontaneamente a condição feminina à possibilidade de inserção no mercado de trabalho e à conquista da independência econômica (39%), e 33% referiram liberdade e independência social de agir como quiser e de tomar as próprias decisões. Porém, somente 8% das entrevistadas referiram perceber-se

asseguradas quanto a direitos conquistados ou então quanto à igualdade de direitos frente aos homens. Indagadas sobre a primeira coisa que consideravam essencial para que a vida de todas as mulheres melhorasse, as principais respostas foram: o fim das discriminações no mercado de trabalho (47%), a igualdade de direitos (10%), o combate à violência contra as mulheres (9%), maior liberdade (5%), e menos machismo (com mais reconhecimento) por parte dos homens (5%). Estas respostas constituem uma pauta específica de preocupações fundamentais e que não podem ser mais ignoradas, às quais nossos paradigmas impõem-nos bastante dificuldade para enxergar e reconhecer.

Sob a premissa “O que a sociedade pensa sobre a violência contra as mulheres”, complementa estes dados um estudo do Instituto Patrícia Galvão (2004), realizado com 2002 participantes (52% mulheres e 48% homens), e abrangendo 140 municípios localizados em todos os estados brasileiros. Nele, a violência doméstica foi citada por metade dos/as participantes como a maior das preocupações dentre os três maiores problemas citados, pensando-se na situação da mulher nos dias atuais (os outros dois foram o câncer e a Aids). No restante do levantamento, 90% julgaram que o agressor deveria sofrer um processo e ser encaminhado a programas de reeducação; 86% rejeitaram a idéia de que a mulher deve submeter-se a agressões em nome da estabilidade familiar; e 81% apontaram o uso de bebida alcoólica como o fator que mais provoca violência contra a mulher (dentro dos quais 63% referiram que o fator desencadeante era o ciúme). Ainda nesta mesma categoria, foram também citados o desemprego (37%) e problemas financeiros (31%). Ao serem questionados a respeito de quem perderia mais em situações de violência doméstica, 63% referiram que a parte mais prejudicada era o/a(s) filho/a(s) do casal.

São estes dados importantes para dar-nos um panorama acerca de como os papéis de gênero estão representados em nossa sociedade, que ainda é bastante condescendente e hipócrita em muitos de seus discursos. Foi também para identificar e discutir estas incoerências que decidimos realizar esta pesquisa, uma vez que, conforme veremos logo, nem sempre os valores pessoais externados estão consonantes aos pressupostos sócio-culturais internalizados.

Pois, no momento a partir do qual os grupos de reflexão entraram em nosso trabalho, percebemos que constituiriam um produtivo complemento aos dados que já estávamos obtendo com entrevistas individuais. Iniciadas as atividades propostas - entrevistas e grupos - uma das primeiras declarações que ouvimos foi também uma das mais representativas: “na casa da gente é a gente quem manda”. Esta é uma frase que, tomada individualmente, simboliza uma das questões essenciais nos estudos de gênero: como lidar com a falta de equilíbrio na distribuição de poder entre homens e mulheres. As disparidades e as incongruências entre estes dois pólos atravessam os tempos e as pessoas, dicotomizando papéis sociais e corporificando um poder legitimado e reconhecido muito mais na figura do masculino que do feminino.

Não é que o homem seja o “vilão” da história pelo simples fato de ser homem; o problema não está no homem, mas sim na masculinidade (e também na feminilidade), estes imensos alfarrábios de idéias e regras para o reconhecimento do “ser”. Somos homens e mulheres também, e indissociavelmente, a partir do quanto conseguimos corresponder, externa e subjetivamente àquilo que é de nós esperado. É uma lógica cruel, pois exclui e marginaliza quem não consiga se enquadrar, se “adequar”, transformando o/a diferente em não-existente. Em geral, os homens são educados, desde crianças, para responder a expectativas sociais de um modo mais proativo, com a agressividade não sendo algo que devesse ser evitado, mas uma qualidade identitária a ser experimentada cotidianamente para destacar-se e reconhecer-se dentro do grupo. Com isso, com uma certa facilidade a agressividade, característica fundamental e irrestrita da própria espécie humana, encontra abundância de subsídios para, progressivamente, transformar-se em violência. A fim de refletirmos acerca de como tais questões podem estar associadas ao “aprendizado” da masculinidade, citamos dados que talvez expressem algumas conseqüências destas necessidades: a mortalidade por homicídio e suicídio em homens é de, respectivamente, 91,8% e 81,1% (nas mulheres, as porcentagens encontradas foram de 8,2% e 18,9%); quanto à população carcerária, apenas 4,4% são mulheres, enquanto os homens representam 95,6% (Arendt, 1994; Scott, 1995; Petersen, 1999; Medrado & Lyra, 2003; Butler, 2005).

Por ser histórica, esta realidade é previamente oferecida a cada ser humano a partir do nascimento, quando então passa a conviver com ela enquanto paradigma de verdade inquestionável - não por não predispor questionamentos, mas, muito antes disso, por simplesmente ser considerada verdade. A falta de equidade, longe de ser natural, é imposta pela tradição cultural, pelas estruturas de poder, e pelos agentes envolvidos nas tramas das relações sociais. O poder apresenta duas faces: a da potência e a da impotência. As mulheres são educadas para conviver com a impotência; os homens são instigados ao exercício do poder e da virilidade, e geralmente convivem mal com a impotência. O papel de provedor das necessidades da família é, sem dúvida, um dos mais importantes definidores da masculinidade. Perdido este status, o homem se sente atingido em sua própria virtude existencial, assistindo à subversão do modelo internalizado para a hierarquia doméstica (Saffioti, 1999; Strey, 2004).

Por isso, uma das grandes questões na dinâmica das relações entre os sexos está não somente no fato das desigualdades serem colocadas previamente, mas de poderem ser construídas. Os homens não são natural e inatamente violentos, mas aprendem a ser. A associação entre masculinidade, guerra, força e poder é uma construção cultural, tanto quanto são a paz, a emoção e a vocação para cuidar enquanto qualidades consideradas “naturais” da mulher. Hoje em dia, muitos homens já descobriram que há diferentes maneiras de “ser masculino”, e que também podem ser eles cuidadores e promotores da paz sem sentirem-se despersonalizados (Soares, 2005).

Sabendo disto, definimos como objetivo central de nossa pesquisa procurar deixar esta masculinidade falar “através” dos homens, dando-nos pistas e referenciais para identificarmos e procurarmos compreender quais seriam as percepções de gênero que a definem e a significam neste universo particular. Assim, optando por um delineamento qualitativo, tomaremos tanto as entrevistas individuais quanto os grupos de reflexão enquanto norteadores de nossas reflexões e discussões, valendo-nos da Análise de Discurso enquanto ferramenta analítica principal. Em algo tão dinâmico e multifatorialmente interdependente como o gênero, o recorte que propomos tem a intenção de desacomodarmo-nos de nossa “alienação aprendida”, que insiste em dar-nos respostas

em abundância para justificar o que somos sem deixar tempo para formularmos as perguntas acerca do que nos tornamos.

Metodologia de pesquisa

A perspectiva de realizarmos o grupo de reflexão enquanto objeto de pesquisa nos colocou a necessidade de um re-enquadramento de nossa atividade. Percebemos, portanto, que, além do enfoque exploratório, lidaríamos com um enfoque interventivo, o qual levaria-nos à uma pesquisa investigativa com perspectiva interventiva - proposta de grande afinidade com muitos dos fundamentos da denominada pesquisa-ação.

A condição fundamental para ser pesquisa-ação é um “mergulho” na práxis do grupo social em estudo, da qual se procura extrair as perspectivas subliminares, o não-dito, o não-familiar que sustenta e significa as suas práticas. Nessa direção, tal perspectiva estabelece uma aproximação diferenciada ao seu objeto, o que lhe propicia um outro nível de crítica e de reflexão acerca do mesmo. Apesar dos participantes desta pesquisa não terem participado da sua concepção e desenvolvimento desde o princípio, como se esperaria em uma pesquisa-ação “clássica”, decidimos pela terminologia pela afinidade de seus pressupostos e fundamentos ao tipo de intervenção que realizamos (Franco, 2005).

Neste paradigma, o ancestral e idealizado conceito de “distância” cartesiana entre pesquisador/a e objeto cede espaço à interação, a uma possibilidade de integração entre prática e teoria, absolutamente necessária para cumprir um dos históricos papéis sociais da pesquisa científica - transformar antigos paradigmas em novos paradoxos (Cook & Koss, 2001). A pesquisa-ação, enquanto proposta e epistemologia, vem para tentar aproximar o conhecimento científico de sua aplicabilidade social, trazendo de volta à fonte o conhecimento construído e que, neste retorno, propicia mudanças. Por definição, é considerada como mais um tipo de investigação, no qual o conhecimento é produzido através da inter-relação entre agir no campo da prática e de investigar

acerca dela. Planeja-se, implementa-se, descreve-se e avalia-se constantemente; aprende-se mais, no decorrer do processo, tanto a respeito destas práticas quanto da própria investigação (Tripp, 2005). Como bem aponta Monceau (2005), “as transformações que uma pesquisa pode gerar em dado espaço não esgotam seus objetivos, mas ao contrário, permitem a produção de conhecimentos que possuem suas especificidades, em particular a de explorar dinâmicas sociais mais do que situações supostamente estáticas” (p. 1).

Intervenções desta natureza mostraram-se eficazes como estímulos para uma transformação e uma re-educação acerca de pressupostos individuais, conforme já apontavam estudos de mais de trinta anos atrás (Bowser, Sherman & Whisler, 1974), e isto nos encorajou durante o percurso de nossa dupla proposta: pesquisar e intervir. Segundo Watts e Abdul-Adil (1997), a consciência crítica acerca dos próprios atos é uma habilidade essencial para propiciar passos em direção a um processo de transformação e de desenvolvimento, a fim de uma maior conscientização individual, social e política de comportamentos e posturas. Trazendo para o contexto do grupo de reflexão, tal habilidade, ainda segundo os mesmos autores, corroborados por Edleson (1996), poderia ser eficientemente estimulada através de intervenções grupais breves, nas quais se faça uso de recursos que proporcionem a identificação dos participantes com o tema abordado. Conforme muito bem expõe Franco (2005), é preciso considerar “a voz do sujeito, sua perspectiva, seu sentido, mas não apenas para registro e posterior interpretação do pesquisador: a voz do sujeito fará parte da tessitura da metodologia da investigação. Nesse caso, a metodologia não se faz por meio das etapas de um método, mas se organiza pelas situações relevantes que emergem do processo” (p.486). A partir desta perspectiva, podemos estabelecer um vínculo com a atividade que nos coloca em permanente reflexão sobre as ações que empreendemos, os conceitos que examinamos e o material que produzimos.

Os grupos de reflexão, medida que optamos enquanto estratégia de intervenção junto aos acusados de agressão, têm em sua própria denominação muito do que os caracterizam enquanto proposta. Segundo Zimmerman (2000), o grupo de reflexão se caracteriza por uma atividade onde,

individual e coletivamente, todos os/as participantes possam fazer uma renovada e continuada reflexão sobre si mesmos/as, identificando-se com os temas discutidos e assumindo as responsabilidades que lhes são próprias. “Reflexão” também se relaciona pelo fato deste tipo de grupo poder vir a constituir, ainda segundo o autor, uma “galeria de espelhos”, onde cada integrante pode refletir-se de forma especular nos demais - assim propiciando a coesão e a identificação necessárias para um trabalho suficientemente mobilizador.

Quem primeiro conceituou o grupo de reflexão foi o argentino Alejo Dellarossa (1979), um discípulo de Pichón Rivière, trazendo consigo grande experiência prévia com grupos operativos. Dellarossa propunha que o grupo de reflexão fosse uma variação do grupo operativo, substituindo o foco de trabalho em uma ou mais tarefas específicas por uma indagação permanente acerca de conteúdos pertinentes ao contexto de sua proposição e conseqüente realização. O autor também ressalta que o grupo de reflexão é diferente do grupo terapêutico, contudo o envolvimento dos presentes pode, certamente, gerar conseqüências consideradas terapêuticas. É um espaço de vivências, indagações, dasacomodações e trocas. Nele, os sentimentos e os pensamentos dos/as participantes vêm em primeiro plano, em um espaço de livre expressão onde não há a estipulação prévia de tempo para a participação individual, e onde a coordenação tem como objetivo estimular este comprometimento, facilitando o fluxo das discussões e orientando-as ao encontro dos objetivos propostos (Coronel, 1997; Alves Neto, 2006).

Para planejar o nosso trabalho neste campo, baseamo-nos nestas instruções e nos moldes de uma obra que aborda a coordenação de grupos com agressores com bastante propriedade: “The Abusive Husband - An Approach to Intervention” (Currie, 1990), a qual serviu como referência para estruturar o trabalho metodologicamente a partir de alguns ajustes contextuais que implementamos (especialmente em função da longa data de publicação original, e à adaptação de alguns termos circunscritos à língua inglesa e/ou à cultura americana). Neste sentido, é curioso notar que o autor do referido manual, há mais de quinze anos atrás, já abordava e problematizava paradoxos e paradigmas de gênero que permanecem atuais até os dias de hoje, algo que limitou as

nossas adequações majoritariamente ao campo operacional, em função de algumas diferenças culturais. Também cabe citar o livro “Working With Men: Feminism and Social Work” (Cavanagh & Cree, 1996), que igualmente subsidiou muitos dos pressupostos que adotamos, tanto na condução operacional da atividade interventiva quanto no seu entendimento.

Certas intervenções realizadas através de grupos, como a que adotamos, utilizam-se de métodos e processos de conscientização que estimulam às pessoas assumirem um papel de sujeitos de sua própria história, oportunizando a consciência acerca dos seus determinantes políticos e sociais. Em uma dinâmica permanente, o grupo de reflexão, desta maneira, procura consolidar um senso de comprometimento com os temas postos em discussão, pois os mesmos vêm ao encontro tanto do universo no qual os/as participantes situam-se, quanto também da justificativa de sua própria implementação enquanto atividade (Campos, 1996; Fávero & Eidelwein, 2004). Em nossa proposta, esta visão parece fundamentalmente adequada a propósitos que, como os nossos, objetivam sensibilizar e aflorar indicadores de estruturas profundamente arraigadas e legitimadas.

Assim, pensamos em um desenho que associasse a nossa proposta investigativo-interventiva, dentro de uma concepção epistemológica que englobasse, através da Análise de Discurso (comentada a seguir), tanto entrevistas individuais quanto grupos de reflexão. Com isto, procuramos estabelecer um caminho para tentarmos chegar aos nossos objetivos tanto no campo científico quanto no campo dialógico. Justamente por tomarmos a masculinidade e as relações de gênero “de assalto”, é que também optamos por este tipo de análise, em uma metodologia qualitativa, para discutirmos os dados. A partir destas opções, podemos tanto enfatizar a descrição e a ênfase nos dados, quanto também as vivências e as experiências relatadas, cedendo um espaço privilegiado ao aprofundamento na subjetividade sem perder-se a objetividade da proposta. Com isso, torna-se possível o estabelecimento de relações entre os diferentes elementos resultantes do processo descritivo, especialmente a partir do momento que pretendemos abordar percepções e atitudes vinculadas a um determinado contexto amplo e multifacetado, como é o das relações de gênero (Godoy, 1995; Gil, 1996; Neves, 1996; Kude, 1997; Scarparo, 2000).

Da mesma forma, a Análise de Discurso vem inteiramente ao encontro de nossos objetivos epistemológicos. Muito além de uma interpretação “concreta” de um fenômeno - seja ele uma fala, uma imagem, um texto, uma música ou qualquer outro tipo de produção - analisar o discurso pressupõe uma postura comprometida com o que não-dito, com as relações de significação e os mecanismos “por trás” do objeto. O discurso não é textual, assertivo; ele é cultural, dinâmico e histórico; “[o discurso] não é a língua, nem texto, nem a fala, mas necessita de elementos lingüísticos para ter uma existência material, (...) aspectos sociais e ideológicos impregnados nas palavras quando elas são pronunciadas” (Fernandes, 2005, p. 20). Na medida em que a linguagem reproduz a si mesma nas relações de sentido, legitima tanto novas possibilidades quanto velhas estratificações (Fiorin, 2005). Neste sentido, é importante à nossa proposta saber que, “com a Análise de Discurso, podemos compreender como as relações de poder são significadas, são simbolizadas” (Orlandi, 2005b, p. 10).

Sendo assim, delimitamos o nosso escopo de trabalho, elegendo um direcionamento dentre os muitos referenciais teórico-metodológicos orientou nosso procedimento de análise. Para tanto, escolhemos uma das obras de Orlandi (2005a), largamente utilizada pela comunidade científica que trabalha com esta metodologia. A Análise de Discurso ocupa-se da tentativa de compreender como um objeto simbólico é capaz de produzir sentidos, e como estes, reciprocamente, significam estes objetos. A palavra discurso, em sua própria etimologia, traz a idéia de curso, de processo, de movimento, e não poderia haver melhor panorama para ancorar as nossas tentativas de entendimento de construtos tão dinâmicos e multifatoriais quanto o gênero e a masculinidade. Em nosso caso, a linguagem, expressa tanto nas entrevistas individuais quanto nos relatos dos grupos, assume este papel de intermediar o concreto e o simbólico, veículos à ideologia e à cultura. Desta forma, foi através desta linguagem que orientamos nossas análises, inferências e discussões, pois o discurso está também sempre associado diretamente à posição que os/as interlocutores/as ocupam em determinado contexto, num dado momento.

Todo discurso se estabelece na relação a um discurso prévio e, simultaneamente, aponta para outro(s); a Análise de Discurso nos permite passar da superfície dita “bruta” para um objeto discursivo (o objeto percebido pelos atravessamentos de seus significados), e deste, por sua vez, para um processo discursivo - a estrutura subliminar, o plano de fundo que significa e pressupõe determinada perspectiva ideológica, ancorada na historicidade do próprio discurso. Trazendo estes pressupostos ao campo da masculinidade, podemos imediatamente pensar na sua relação indissociável à figura do homem homem, onde tal papel específico de gênero produz legitimação à medida que encontra contraparte no discurso hegemônico (Fernandes, 2005; Orlandi, 2005a, 2005b).

Quando nos referimos aos papéis de gênero, ao passo que se produzem e reproduzem nas relações interpessoais, falamos também de um amálgama de pressupostos que sustentam uma importante e determinante rede de significados. Estes, por sua vez, subjetivam, irremediável e reciprocamente, os campos individual, relacional e social. Pois então, tais padrões, assim transmitidos e compreendidos, somente corroboram o seu papel porque fazem sentido, significando algo supostamente impreterível à manutenção do contexto socialmente vivenciado e naturalizado. Este é o principal significado do termo “discurso”: o efeito de sentidos entre locutores. Enquanto o discurso do gênero continuar a replicar os mesmos sentidos e, assim, a se subjetivar pelas mesmas lógicas patriarcais, continuará a se retro-alimentar e a se legitimar enquanto norma e referencial. É neste aspecto que compreendemos o seu potencial e a sua responsabilidade. Quando acompanhamos e analisamos as palavras e a linguagem, vêm também a história e a cultura das inúmeras vozes e percepções que conciliam a nossa realidade com os referenciais que trazemos conosco - e é justamente a permanente passividade na identificação (individual e coletiva) junto a estes referenciais que não nos permite estranhar as suas incoerências, ou então vislumbrar os seus potenciais de alteridade (Berger & Luckmann, 2004; Castillo-Martín & Oliveira, 2005; Indursky & Ferreira, 2005; Orlandi, 2005b).

Delimitação do escopo

Para a análise dos dados, como já mencionamos, utilizamos o material proveniente dos grupos de reflexão e das entrevistas individuais: estas, previamente gravadas segundo concordância através de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, foram transcritas. Os grupos, por sua vez, serão mencionados por extratos oriundos do diário de campo, o qual permanecemos escrevendo durante todo tempo em que nos envolvemos com a tarefa. Sendo assim, estipulamos para o escopo de nosso procedimento analítico-reflexivo os seguintes critérios: cinco entrevistas individuais, incrementadas por dados provenientes de seis encontros de um mesmo grupo. A escolha por esta quantidade perfaz o total de encontros estipulados para o cumprimento do acordo judicial ao qual estavam ali condicionados para as reuniões grupais. Neste acordo, estipulado em audiência judicial previamente realizada no Fórum, os acusados eram obrigados a comparecer a um mínimo de seis encontros grupais (não podendo haver reincidências ou abandono, conforme já havíamos mencionado). A escolha do número de cinco participantes, por sua vez, corresponde à média de integrantes por grupo, e ao fato de que todos os participantes entrevistados também estavam presentes, simultaneamente, neste mesmo grupo analisado ao longo de seis encontros.

Os seus nomes, naturalmente, serão mantidos em sigilo, ao passo que utilizaremos, para identificá-los, cinco nomes fictícios que correspondem às cinco primeiras letras do alfabeto: Altair (29), Bruno (40), Cláudio (53), Denilson (55) e Elmo (33). Todos, exceto Elmo - que também era, na época, o único desempregado - haviam sido encaminhados ao grupo em virtude de acusação de violência conjugal; Elmo estava lá por ter agredido a sua cunhada. Altair e Cláudio possuíam uma condição financeira mais favorável que os demais, porém nenhum dos participantes se encontrava em um patamar econômico superior à classe média-baixa. Altair, Cláudio e Denilson, mesmo após as denúncias, continuaram os relacionamentos com as respectivas companheiras, e assim foi até o encerramento dos encontros.

As entrevistas individuais foram realizadas seguindo um roteiro estruturado de dez questões abertas que abrangeram as temáticas correspondentes às questões norteadoras da pesquisa, através dos seguintes eixos temáticos: a) Gênero, englobando percepções sobre relações e violência de gênero; b) Rede de apoio social, caracterizando aspectos voltados à percepção da rede na qual viam-se inseridos - aqui delimitada aos quadrantes família, amigos e trabalho, em adaptação dos pressupostos de Sluzki (1998); e, por fim, c) Violência enquanto recurso, através da tentativa de identificar situações que presumiriam o uso da violência (física ou psicológica) como estratégia para lidar com conflitos, ou com a necessidade de imposição e de coerção diante da mulher. As entrevistas aconteciam após o ingresso do participante no grupo, geralmente após dois encontros. Finalizando, tais encontros grupais, quando referenciados no texto, corresponderam aos dias 16/08 (nº 1), 06/09 (nº 2), 27/09 (nº 3), 04/10 (nº 4), 18/10 (nº 5) e 01/11 (nº 6), todos no ano de 2005.

Contextualização operacional

A Análise de Discurso, embora possa ser feita de diversas maneiras, abarca uma certa gama de termos e conceitos convergentes, importantes para compreender a sua proposta de abordagem. Dentre eles, consideramos importante apontar e delimitar operacionalmente os seguintes, os quais voltaremos a referir dentro do contexto da pesquisa: sentido (o significado e a relevância individual da mensagem), enunciação (efeitos de sentido entre interlocutores/as, baseada no lugar sócio-histórico de onde a mensagem é dita), ideologia (a concepção de mundo de determinado grupo social, materializada através da linguagem), condições de produção (aspectos sócio-histórico-culturais que legitimam o discurso), sujeito discursivo (relativo aos muitos discursos que heterogeneamente constituem um/a interlocutor/a em particular e seu discurso), esquecimento (a ilusão referencial de que o/a interlocutor/a é a origem do discurso, produzida pelo fato de desconhecer a sua verdadeira origem sócio-histórica), memória discursiva (o não-dito inserido no dito, corroborando-o), embreante (unidade lingüística cujo valor referencial depende

fundamentalmente do ambiente espaço-temporal da sua ocorrência) e metáfora, que é o sentido real de uma palavra, pelo qual um discurso pode assumir o lugar de outro, dependendo do contexto onde se manifeste (Lima, 2005; Fernandes, 2005).

Há ainda dois outros conceitos centrais à Análise de Discurso, o interdiscurso e o intradiscurso, os quais constituem o “caldeirão” onde atuam os construtos que mencionamos acima. O interdiscurso pode ser entendido como o espaço comum de constituição dos sentidos, enquanto o intradiscurso é onde eles são formulados e significados, no âmbito individual. Neste intermeio, intervêm a ideologia e as representações sociais. O interdiscurso, conforme Pêcheux (1997), especifica as condições nas quais um acontecimento histórico é suscetível de vir a inscrever-se na continuidade de um determinado contexto, mantendo-se coerente e aceitável; o intradiscurso é uma articulação, é o funcionamento do discurso com relação a si mesmo.

Análise e discussão dos dados

Postos estes aspectos, é hora de implicarmo-nos na análise dos dados propriamente dita. Neste sentido, abordar a percepção acerca de um papel social reservado ao (e esperado do) homem é crucial para os objetivos de nossa pesquisa. Em diversos momentos das entrevistas, quando abordávamos qual seria o papel do homem no relacionamento conjugal, a denominação de “chefe” foi bastante recorrente. Seja enquanto chefe da família ou chefe da casa, ambas as conotações levam à mesma representação ideológica - a do homem enquanto proprietário e, sobretudo, autoridade em um território comum e pré-legitimado. O próprio casamento, historicamente, por muito tempo corroborou a aceitação de uma hierarquia doméstica, onde o homem era quem tinha direito de voz ativa. A mulher e, depois dela, filhos/as (enquanto conseqüentes desta união) pertenciam, literalmente, ao homem; confundia-se (e ainda confunde-se) matrimônio com patrimônio. A propósito, há nem tanto tempo assim, os eram casamentos arranjados em função dos dotes financeiros da noiva - os quais, comumente, foram por ela herdados através desta mesma lógica.

Marido, aliás, significa “dono” em sua raiz etimológica, e não nos surpreende que não exista, na língua portuguesa, uma contraparte para o sexo feminino, uma “marida”; pelo contrário: o feminino de marido é somente “mulher”, derivando à própria condição de ser mulher a pressuposição de, sumariamente, pertencer a um dono (Viaro, 2004; Scliar, 2006).

Seguindo este raciocínio, esta função de chefe estava comumente associada à percepção subjetiva de uma suposta maior e melhor capacidade de administração, algo que também possui um forte correlato histórico com a naturalização do homem correspondendo ao papel de sustento financeiro da família - e isto baseando-se na “impossibilidade” (a qual, anteriormente, era ilegalidade) da mulher trabalhar fora de casa. A história política das sociedades ocidentais é bastante responsável pelas incongruências nestas representações sociais, pois precisamos atentar para algo que pode passar despercebido: ao contrário do que pode parecer mais lógico - “culpar” as restrições à mulher no mercado de trabalho pelo estereótipo do “homem provedor” - precisamos refletir no quanto o próprio estereótipo do provedor precisou criar seus subterfúgios políticos e culturais a fim de encontrar uma legitimação finalista.

A fala de Denilson, quando entrevistado, é quase catedrática: “O papel do homem é, pra mim né, botar as coisas dentro de casa”. Altair, em participação também pragmática, explicitou a lógica desta ideologia patriarcal - porém não sem, logo após, demonstrar uma contradição: “Eu acho que o homem não aceita ser mandado pela mulher. [O homem é] o chefe da família. Por ser homem, teria que ter liderança, e mandar. Ter a palavra final. Isso vem de geração, vem de passado, que o homem é o cabeça da família. Entre eu e a minha esposa não tem chefe, a gente resolve tudo no diálogo”. Estas sentenças trazem um rico conteúdo a ser explorado: primeiro, surge a pressuposição de que o poder de controle é naturalmente exclusivo ao homem, não havendo como aceitar situações nas quais a mulher assumia este papel; outorgadamente, o homem é o verdadeiro dono da família - ou seja, de sua esposa e prole - apoiada na percepção de que o simples fato de ser homem já a justifica e esgota quaisquer argumentos contrários; dentro desta capacitação inata, pressupõe-se ainda a habilidade masculina, também natural, para ser líder e, simultaneamente, dominador, detentor do

poder de mando e de decisão final; logo após, surge uma justificativa para tal tipo de postura, confortavelmente posta para fora de si e do espectro de sua responsabilidade (“isso vem de geração, vem de passado”) - algo que faz possivelmente reafirmando um discurso, cujas condições históricas de produção tornou este homem mais um dentre tantos reprodutores; por fim, contradiz a própria enunciação, possivelmente em função do embreante contextual imposto por estar em uma situação de entrevista (realizada dentro de um Fórum, instituição que representa um outro viés de autoridade e de poder coercitivo). Em tal contexto, podemos entender um posicionamento mais, digamos, diplomático, coerente ao “politicamente correto”, e hipocritamente distante de sua representação não-metafórica.

Denilson, durante o encontro nº 5, também expôs com objetividade o que pensava: “Ela tenta gritar comigo, mas eu não fico quieto pra ela. Na casa da gente é a gente quem manda. Na minha casa, ninguém grita mais alto do que eu... Cala a boca!”. Bruno então complementou: “O cara tem que ter a voz mais alta, mas na hora certa”. Elmo, na mesma ocasião, participou dando a sua opinião: “Não aceito ninguém gritar comigo. (...) Aquela vontade tá dentro, de se impor”. Nestas falas todas, podemos identificar com clareza uma relação entre poder e gritar, estabelecendo a imposição através da voz como um direito adquirido do homem na relação. Gritar seria, ao menos hipoteticamente, um recurso potencialmente disponível a quaisquer uma das partes, contudo torna-se consideravelmente mais inadmissível quando vem da perspectiva feminina. É um comportamento que pode ser compreendido como ameaçador de ambos os lados: torna-se um instrumento de controle e de coibição quando enunciado pelo homem, ao passo que, quando enunciado pela mulher, ameaça no homem a usurpação destas que são suas condições de produção. A voz, antes de tudo, é um importante instrumento de poder, pois, além de retransmitir os sentidos e a ideologia transgeracionalmente, é capaz de retomá-los no plano “concreto” quando surja uma eventual necessidade. No ímpeto de resolver conflitos ou de encerrar discussões, a repressão por meio da palavra certamente edificou-se, segundo os participantes, como um eficaz e recorrente recurso dentro das relações de gênero. O que faz a diferença nas falas não é o uso ou o não-uso da

voz, mas sim o sentido e a enunciação que esta voz reverbera na ideologia ali representada (Orlandi, 2005a).

Quando, hoje, um homem se baseia na imposição de sua masculinidade através da referida “voz mais alta”, fala também através dele um sujeito discursivo apoiado em muitos anos de legitimados afastamento e desconsideração da mulher nos processos decisórios, desde a historicidade das diretrizes familiares, sociais e políticas. Os salários médios das trabalhadoras brasileiras, por exemplo, são cerca de 60% dos rendimentos médios dos trabalhadores homens, embora, nos dias atuais, o grau de escolaridade das primeiras seja bem superior (Saffioti, 2005).

Dentro do casamento, por muito tempo, à mulher não era reservado o direito de divorciar-se e, mesmo quando isto passou a existir, em nada mudou o estigma social de ser uma mulher separada - a separação era (e, muitas vezes, ainda é) percebida como um atestado de incompetência da mulher, partindo de sua pressuposta responsabilidade em manter a coesão da família a todo custo. Enquanto isso, no passado era reservado ao homem o direito de não somente divorciar-se, mas inclusive de assassinar a sua esposa em situações nas quais julgasse ter a sua “honra” maculada (Strey, 2002; Laporta, 2006). Honra, segundo definição semântica, corresponde a um sentimento de dignidade própria que leva o indivíduo a procurar merecer e manter determinada virtude (Ferreira, 2004). A memória discursiva do masculino engendrou na masculinidade a virtude de, simplesmente, “ser homem”, tornando esta condição como o requisito suficiente para usufruir de um poder, e para ocupar um pressuposto lugar enunciativo no discurso da masculinidade.

Altair, quando, em entrevista, fala “Família é marido, depois que tu casa, é marido e filho”, delimita bem esta pressuposição, altamente fundamentada na ideologia de que a mulher precisaria abrir mão de sua subjetividade para fundi-la com a da família. Isto, além de subliminarmente responsabilizá-la, unilateralmente, por questões independentes do seu controle ou da sua vontade pessoal, limita e coíbe quaisquer possibilidades de buscar ajuda fora de casa quando necessite. O cerceamento do território de direito e de poder à mulher, delimitando-o à família, sempre foi um eficiente estratagema ideológico-político para afastá-la da proatividade na vida social; a lógica por

trás disso parece ser: já que não pode-se ficar sem o elemento que ameaça, que então o mantemos sob controle sabendo onde ele está. O poder está nas relações, não nas estruturas formais, como bem aponta Foucault (1979); o poder não é um objeto, mas sim um processo de interação e de co-dependência. Ele precisa da parte sujeita ao seu subjugo para existir - sem ela, perde o próprio sentido de ser. É por isso que todas as relações de poder pressupõem, antes de tudo, a possibilidade da resistência - e a capacidade de resistência e de empoderamento está relacionada à capacidade de discutir e de desconstruir os processos que as legitimam e dão sentido.

Concomitante a isso, ainda há uma esperada capacidade, pautada neste repertório de direitos e poderes, de também ter as condições de identificar uma suposta “hora certa” para impor-se - o que parte do pressuposto de que há - e seria legítimo, de fato - este momento específico. Na supramencionada pesquisa do Instituto Patrícia Galvão (2004), sobre o que a sociedade pensava acerca da violência contra a mulher, apontou-se que 16% das pessoas entrevistadas (52% mulheres e 48% homens) reconheceram que existem determinadas situações onde o homem teria o direito de agredir a mulher - mesmo que, na proporção de 91%, estas mesmas pessoas tenham repudiado e condenado a violência de gênero. Esta constatação pode ser entendida como mais uma expressão da influência dos diferentes lugares ocupados por um mesmo sujeito discursivo, condicionando a sua enunciação de acordo com a necessidade do momento, compatibilizando-a com as normas da “boa-vizinhança” no convívio social: o discurso é eminentemente metafórico, pois é demagógico nas palavras e permanece cruel e paradoxal em seu sentido ideológico verdadeiro (Lima, 2003; Orlandi, 2005a).

Além destes aspectos, há, no já referido uso impositivo da voz, a reprodução viva de que a violência é ainda percebida de uma forma bastante limitada e distante. Certamente, podemos citar pelos relatos dos participantes, que havia uma dificuldade de perceber e de identificar a violência nas relações de gênero, bem como uma tendência de utilizá-la enquanto determinante e legitimadora de um poder autoritário. Foi muito freqüente, tanto nas entrevistas quanto em diversos momentos nos grupos, a dificuldade de reconhecer formas de violência que diferissem da agressão física (algo

que entendemos estar atrelado à dificuldade, mais profunda e cultural, de simplesmente admitir que exista alguma violência que não se traduza pelo contato corporal). Como se não bastasse, por diversas manifestações dos participantes (principalmente durante os grupos) ainda pudemos constatar que esta violência essencialmente física também está condicionada a graduações, as quais parecem torná-las mais (ou menos) permissíveis. Havia um certo consenso de que um empurrão ou uma “segurada” (contenção física) eram “somente” um empurrão e uma segurada, algo muito mais aceitável que um tapa, por exemplo. No entanto, era bastante difícil a eles não somente compreender estes comportamentos como sendo, também, formas de violência, bem como ainda, e principalmente, reconhecer a violência psicológica que comumente os precede.

Em certa ocasião, quando assistíamos a uma audiência no Fórum, um acusado (que não fazia parte do grupo) disse com convicção: “Chamar de vagabunda não é agressão. Se tivesse agressão, tinha de ter marcas no corpo”. A dificuldade de reconhecimento da violência psicológica está no cerne das principais dificuldades até hoje enfrentadas por mulheres que tentam denunciar seus agressores, e é um dos principais temas de discussão dos estudos de gênero. Altair, por exemplo, na sua entrevista individual, assim colocou: “Eu era até mais agressivo há um tempo atrás, bem mais. (...) Eu só usei palavras, não pra agressão, que nem puta, vadia”. Cláudio endossa o sentido desta mensagem quando, já no encontro de nº 1, assim justificou a sua aparente incompreensão pelo fato de ter sido encaminhado até ali: “Eu nunca bati na minha mulher, uma vez só peguei ela e dei um ‘chacoalhão’. Mas ela é uma pessoa boa, limpa a casa”. Bruno concordou: “A gente apenas discutia, e uma vez eu dei um ‘cabelão’ nela” (nota: ‘cabelão’ significa agarrar e puxar os cabelos, uma expressão que até então não conhecíamos). Um detalhe importante a apontar e a refletir é que, na ocasião, a pergunta ao grupo foi se eles já haviam agredido as suas parceiras, e não especificamente batido nelas.

Outra constatação interessante foi acerca dos paradoxos entre fala e discurso, o que bem exemplificou a distinção epistemológica que fizemos anteriormente. Bruno, um dos participantes mais taxativos quanto à estereotipia do papel do homem no relacionamento conjugal (“A palavra

mais forte pra definir alguma coisa, pro bem do casal, tem que ser a palavra do homem”), foi um dos que mais apresentou contradições quando alternava a sua posição enquanto sujeito discursivo durante a entrevista: “Pra gente resolver as coisas tem que dialogar, conversar. (...) Quando tinha alguma coisa, eu chamava ela pro lado, nós ‘conversava’”. Em outro momento, ressaltou a suposta obrigação do homem em ser o provedor e o porto seguro da família (“O cabeça é o cara que tá junto ali, é o esteio. Nós somos o esteio da casa”). Contudo, no encontro nº 4, repentinamente pareceu ter aberto mão deste papel ao comentar o seu processo de separação: “Ela que se dane. (...) Ela veio chorar as mágoas, então eu disse ‘trata de trabalhar e vai fazer a tua vida’”. Elmo, também em sua entrevista individual, quando lhe perguntamos em que situação ele acreditava que o homem deveria se impor na relação, comenta: “Sei lá, eu acho que nesse negócio da casa. Não de ele ser o ‘mandão’, né, que nem saber de tudo. Tinha que ser uma coisa com os dois”. A fala de Cláudio também indica contradições: Em um primeiro momento, o discurso da coerência (“Ciumento, eu não sou esse tipo de coisa”), para, em seguida, o discurso da ideologia (“Ela às vezes ficava meio brava, porque eu não tenho ciúmes... eu não posso ter” - disse ele referindo-se a situações nas quais a esposa trazia as colegas da igreja para casa e ele cobrava-lhe exclusividade). Cláudio ainda indignava-se diante da necessidade de cuidar dos filhos: “Aí eu encarava com as crianças. Chegou nesse ponto com ela, de ela não fazer mais comida. Eu chegava a dar comida e tudo”. Logo, no entanto, veio o contra-senso (“Tem que ajudar a mulher. Tem que ajudar, mesmo se ela for, se ela for mais contra você”), para, então, novamente justificar-se (“Pode comprar roupa, pode dobrar a roupa... só lavar a roupa é um pouco mais difícil, que a gente não sabe a quantia que vai”).

Isto nos leva a comentar outra questão importante, que é a repercussão subjetiva que os homens entrevistados vivenciavam quando viam-se dirimidos de um papel de autoridade. Em busca de continuar significando os sentidos da masculinidade, pareceu prioritário tentar ficar longe de tais situações que, quando não poderiam ser evitadas, deveriam ser transpostas o mais rápido possível. Enquanto Cláudio, como vimos, mostrou-se atônito ao ver-se tendo de chegar ao ponto de dar comida aos filhos, Bruno (prolixo e emblemático na entrevista individual, porém de participação

quase emudecida durante os grupos), vislumbrando uma possibilidade (para ele, talvez remota) da mulher assumir o controle da relação, em entrevista, comentou: “Tem mulher que corre, faz isso e aquilo, mas e daí? (...) Se nós não ‘se’ dirigir, e deixar por elas, daí o quê? O quê vão pensar da gente? Lá vem aquele, aquele cara é um baita de um frouxo, aquele cara não se vira pra fazer nada, né, só deixa pela mulher”. Denilson, por sua vez, aparentemente envergonha-se bem mais ao sair na rua após discutir acaloradamente com a sua parceira do que em empreender a discussão em si: “Ali é cheio de vizinhança em roda, e eu não gosto disso aí. Fico até com vergonha de sair de manhã ali, porque eu saio de bicicleta ali e a turma tudo... olhando pra mim, ali. (...) Daí isso fica feio pra mim”. Elmo, mesmo reconhecendo as queixas da família de ficar extremamente inoportuno e querelante quando abusava do álcool, atesta: “Já começo a perder... me descontrolo um pouco. Fico nervoso, sei lá, sobe o sangue pra cabeça, aí eu começo a discutir. (...) Se a pessoa vier pra cima de mim, aí eu vou ter que me defender. (...) Eu não quero que ninguém me bata na minha cara, né. Ainda mais na cara. Eu acho errado tu levar um tapão na cara. Nem se for a mulher, ou o homem, eu acho ridículo.”

Esta última fala, de Elmo, nos traz a reflexão acerca de dois pontos, altamente inter-relacionados, referentes ao discurso ideológico do gênero: a vergonha em vivenciar situações percebidas como humilhantes dentro da enunciação masculina, e a concomitante urgência na necessidade de recuperação - ou de preservação - do *status quo* constituído a partir das suas condições de produção. Um tapa na cara de um homem, de acordo com este contexto, parece muito mais grave, pois implica em um sentimento de humilhação percebido diferentemente da vivenciada pela mulher, uma vez que o tapa no homem pressupõe o enxovalhamento de uma memória discursivo-ideológica culturalmente educada para “não levar desaforos para casa” (Nolasco, 1995; Saffioti, 1999). Neste sentido, mostrou-se comum culpabilizar a mais ampla variedade de fatores “externos” na tentativa de justificar a violência - até porque, como comentamos, foi predominante a dificuldade de reconhecer apresentações da violência que não envolvessem a agressão concreta.

Tais justificativas, corroborando a violência de gênero em seu caráter instrumental, podem ser tranquilamente correlacionadas a diferentes significantes do gênero e, em especial, da masculinidade. Estas enunciações, segundo os relatos, parecem convergir a um ponto comum, que é o de eximirem da responsabilidade por certos atos ou pressupostos relacionados à maneira pela qual manejam e inserem-se nas relações de gênero. Diferentemente do conceito de memória discursiva - no qual mantém-se a responsabilidade da voz do sujeito discursivo - nesta postura pragmática os homens tendem a afastarem-se desta possibilidade de reconhecimento. Podemos refletir sobre isso a partir de alguns exemplos em certas falas, extraídas das entrevistas individuais: “Tu te incomoda na firma, tu chega em casa, qualquer coisinha tu já faz um bolo. (...) Tu, trabalhando fora, tu te estressa” (Altair); “Ela ficava mais pensando nos ‘familiar’ dela do que em mim” (Bruno); “Os teus negócios começam a se agravar, e tu fica muito pensando naquilo ali, daí chega revoltado em casa” (Cláudio); “Ela começa uma coisinha, e daqui um pouco vira. Começa a levantar a voz e fala pelos cotovelos. Eu chego do serviço cansado e ela não pára de bater boca comigo” (Denilson); “Chamei ela de vagabunda porque ela me chamou um monte de ‘vez’, gritou um monte, e daí perdi um pouco o controle” (Elmo).

A lógica por trás destas posturas é muito semelhante a uma tentativa de projetar as causas da violência de gênero de maneira unívoca, em uma relação de causa-efeito com um elemento que sempre está “fora”, como o álcool, o emprego (ou a falta dele), ou então a situação financeira, por exemplo. Seria irresponsável negar a influência destes fatores na violência, como corroboram muitos estudos, porém seria igualmente inconseqüente assumir que eles engendram a violência inteira dentro de si. Quando a agressão ocorre em um momento de embriaguez, não será porque tiraremos a garrafa de cachaça de dentro da casa do agressor que, ao mesmo tempo, tiraremos junto todos os pressupostos discursivos e ideológicos que “autorizaram” a expressão do seu comportamento violento. Esta é uma visão unicamente clínica e patogênica do problema (Walsh, 1999; Garcia & Tassara, 2001; Seidl, Tróccoli & Zannon, 2001; Langhinrichsen-Rohling, 2005;

Guareschi, Comunello, Nardini & Hoenisch, 2005; Guareschi, Weber, Comunello & Nardini, 2006).

Por fim, devemos ainda mencionar que a rede de apoio social, da maneira pela qual foi mencionada pelos participantes, mostrou-se estar satisfatoriamente cumprindo o seu papel de fornecer e manter disponível um suporte afetivo e instrumental, quando eventualmente demandado (Sluzki, 1998; Nunes, 2004). Todos os participantes referiram manter relações próximas e satisfatórias com as suas famílias, bem como a maioria não relatou problemas atuais de relacionamento com as famílias das (ex) parceiras. Bruno foi a única exceção, pois ainda referiu desavença e um proposital distanciamento com a família da ex-mulher. Da mesma forma, o campo das amizades foi apontado em uníssono pelos participantes como um grande refúgio e ponto de apoio. Isto é algo sobre o que podemos também refletir, uma vez que, entre amigos, o homem pode ter a chance de reencontrar-se com determinados sentidos da masculinidade que foram, eventualmente, subvertidos em casa. Desta maneira, corroboram e mantêm as mesmas condições de produção que historicamente condicionaram estes pressupostos. Finalizando, as relações no ambiente de trabalho foram citadas como prazerosas e tranqüilas, mesmo que fossem comumente utilizadas para dar razão à tal “perda de controle” no relacionamento, como pudemos ver acima. Mais do que nunca, perder o controle parece mostrar-se o principal receio de muitos homens, especialmente aqueles capturados por uma construção ideológica que lhes incumbiu do compromisso em possuí-lo e administrá-lo; as mãos com as quais ele precisa ser (e já está sendo) compartilhado, contudo, não são mais necessariamente as mesmas de sempre.

Considerações Finais: “Na casa da gente”

Ao aproximarmo-nos da necessidade de encaminhar uma conclusão, mais nos torna-se clara a certeza de que há ainda muito o que se discutir, pela mesma relação de proporção ao que ainda há para se transformar. Contudo, após tanto referirmos o discurso dos participantes e associarmos-lo a

um contexto hegemônico, incorremos na possibilidade de que, baseados na necessidade de discutir e transformar tal hegemonia, estaríamos nós em um embate para incutir compulsoriamente, à toda coletividade, a nossa própria “verdade” - revertendo o peso da gangorra com a mesma unilateralidade e indiscutibilidade que previamente objetivamos transfigurar.

Pois bem, estes são cuidados que entendemos que as pessoas, especialmente aquelas comprometidas com os estudos de gênero, precisam também observar. Como já comentamos, não há um vilão específico à nossa história; a própria história é a vilã, e o tempo, seu cúmplice - e nós, todos e todas nós, somos a história. Se trazer novamente à pauta as discussões sobre as relações de gênero não seja o suficiente para transformá-las, que ao menos possam servir para que nelas nos reconheçamos, como um espelho, trazendo à vida cotidiana um dos pressupostos essenciais para o trabalho com os grupo de reflexão. A ideologia que reproduzimos é a mesma que nos produz enquanto protagonistas e coadjuvantes desta mesma história em comum, onde a masculinidade e a feminilidade só permanecem a corroborar os estereótipos de gênero porque cada um/a que ocupe seus determinados papéis também ocupa, simultaneamente, uma posição não-equidistante de uma hierarquia social naturalizada. Como bem citou Fernandes (2005), “o que marca as diferentes posições dos sujeitos, dos grupos sociais que ocupam territórios antagônicos, caracterizando tais embates, é a ideologia, é a inscrição ideológica dos sujeitos em cena” (p.25) - o discurso não é aquilo que fala, mas aquilo que permite falar e que leva a calar.

Quanto às questões norteadoras que nos propomos a abordar, podemos dizer que a busca pelas suas investigações trouxe muito mais novas perguntas do que mitigar quaisquer eventuais anseios por “respostas” ou explicações. Os aspectos de gênero identificados na análise dos discursos de nossos participantes desvelaram pressupostos que corroboram inteiramente a capacidade que a naturalização tem de manter modelos e padrões ao longo do tempo. De acordo com o que pudemos identificar, a violência psicológica continua sendo uma instância de complicada percepção e, principalmente, de difícil reconhecimento mesmo quando percebida. Da mesma forma, a estereotipia dos papéis sociais reservados a homens e a mulheres continua a delimitar os parâmetros

de subjetivação e de segregação nas relações de gênero, onde as demandas sociais contemporâneas continuam trazendo, ao senso-comum, a idéia de homens educados para serem provedores e independentes, sem considerar a possibilidade de virem a ter que dividir responsabilidades e protagonismos com suas parceiras.

Neste sentido, a violência psicológica, especialmente na sua forma verbal, mostrou-se como freqüente recurso para tomar decisões e para ajudar a delimitar papéis nas relações conjugais. A justificativa para esta postura, como vimos, ainda tende em centrar-se, unilateralmente, a fatores intervenientes exógenos, e não a uma noção de responsabilidade pessoal na produção e reprodução de um discurso hegemônico; a questão central, no entanto, nos parece estar relacionada não somente à dificuldade de reconhecimento deste discurso, mas sim em assumi-lo como algo que possa ser vislumbrado e conduzido ao encontro de uma concepção mais equitativa.

A rede social em torno dos participantes (aqui, lembramos, considerada nos campos específicos família, amigos e trabalho), foi relatada pelos mesmos como satisfatória em suas funções de apoio, especialmente no quadrante das amizades. Contudo, há ainda o paradoxo de, em um primeiro julgamento, responsabilizá-la sumária e inequivocamente por comportamentos reconhecidos como violentos e “descontrolados” dentro das relações de gênero - os quais compreendidos como algo maior, inato, e não passível de resistência pelo fato de pertencerem a uma condição natural e *sine qua non* da própria masculinidade.

Discutir estas questões também nos trouxe um senso de continuidade, da existência de um potencial continuado, ainda a ser explorado. Nos parecem bons encaminhamentos à pesquisa, por exemplo, investir em um estudo longitudinal com os agressores, investigando qual seria a repercussão a longo prazo de um trabalho voltado à intervenção quanto aos papéis de gênero, como o que realizamos. É bastante tentadora, da mesma forma, a possibilidade de realizar uma expansão deste escopo, investigando as percepções sobre gênero também junto às mulheres vítimas da violência - algo que, certamente, enriqueceria muito as nossas discussões. Possibilidades e

sugestões, enfim, podem ser muitas, e esta constatação já nos basta para não contentarmo-nos e acomodarmo-nos, mas sim para reabastecer as nossas inquietações e motivações.

Quando ouvimos isoladamente a frase “na casa da gente é a gente quem manda”, sem especificarmos quem é este sujeito que fala, nem de que lugar discursivo ele o faz, é possível que idealizemos uma pessoa que conduza, com autoridade, um território no qual inscreva-se como dominador/a e desbravador/a. Na sua etimologia, “casa”, a partir do latim, significa não somente o lugar onde uma pessoa exerce poder, mas também onde encontra-se submetida a ele (Viaro, 2004); quando dispomo-nos a tomar as rédeas de nosso próprio ser, de nossa subjetividade, tornamo-nos objetos de nossa própria análise e, assim, podemos flertar com a responsabilidade pela condução que damos à nossa vida e com os valores que a motivam. Nós somos a nossa própria casa, nós somos o território onde detemos o poder de determinar como queremos arrumá-lo e orientá-lo não somente para o futuro, mas, sobretudo, para o presente, para o aqui e agora - especialmente a partir do momento em que também possamos assumir as conseqüências de um passado subjacente, mas sempre influente.

Encontramos muita satisfação na realização deste trabalho - relatado com brevidade se comparado à intensidade da vivência - mas temos muito clara a extensão do caminho que ainda temos a percorrer. Tanto homens quanto mulheres só têm a perder com as dicotomias e os pragmatismos nas relações de gênero. Como bem apontou Ribeiro (2003), “a emancipação das mulheres contribui para emancipar os próprios homens” (p. 22).

As maneiras pelas quais consolidamos as nossas relações através da história é o grande instrumento de fortalecimento e de reprodução das diferentes formas de um poder intrínseco. Então, se é no microcosmo da relação que encontra-se a gênese e a convergência de uma força transformadora que tornou-se progressivamente tão arbitrária e natural, é também através daí que poderemos encontrar a força necessária para tentar reencontramo-nos com a tentativa recíproca de buscar, sem utopias, algo que mais se aproxime do equilíbrio, da equidade.

REFERÊNCIAS

Alves Neto, M. de C. (2006, 2 de dezembro). Grupos de reflexão com adolescentes e famílias em situação de risco [on-line]. Disponível: www.unama.br:8080/principal/colunistas/coluna.jsp?idColuna=15.

Arendt, H. (1994). Sobre a Violência. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

Berger, P. & Luckmann, T. (2004). A Construção Social da Realidade. 24 ed. Rio de Janeiro: Vozes.

Bowser, S.; Sherman, G. & Whisler, H. (1974). An action-research approach to central city unemployment. Journal of Vocational Behavior, 4 (1), p. 115-124.

Butler, J. (2005). Cuerpos que importan: Sobre limites materiales y discursivos del “sexo”. Buenos Aires: Paidós.

Campos, R. (1996). Psicologia Social Comunitária: Da Solidariedade à Autonomia. Petrópolis: Vozes.

Campos, C. (2006, 23 de julho). Mais proteção às mulheres. Zero Hora, 14940, p. 19.

Castillo-Martín, M. & Oliveira, S. (2005). Marcadas a Ferro: Violência contra a mulher - uma visão interdisciplinar. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

Cavanagh, K. & Cree, V. (1996). Working With Men: Feminism and Social Work. New York: Routledge.

Cook, S. & Koss, M. (2001). Action research: Informing interventions in male violence against women. In Scheidemann, N.; Speers, M.; Silva, J.; Tomes, H. & Gentry, J. Integrating Behavioral and Social Sciences with Public Health. Washington: American Psychological Association.

Coronel, L. C. (1997). Grupo de reflexão. In Zimmerman, D. & Osório, L. C. Como Trabalhamos com Grupos. Porto Alegre: Artes Médicas.

Currie, D. (1990). The Abusive Husband - An Approach to Intervention. Ottawa: National Clearinghouse for Family Violence, Health and Welfare.

Cortez, M. B.; Padovani, R. C. & Williams, L. C. (2005). Terapia cognitivo-comportamental com homens agressores. Estudos de Psicologia, 22 (1), p. 13-21.

Dellarossa, A. (1979). Grupos de Reflexión. Buenos Aires: Paidós.

Echeburua, E.; Fernandez-Montalvo, J. & Amor, P. (2003). Psychopathological profile of men convicted of gender violence: A study in the prisons of Spain. Journal of Interpersonal Violence, 18 (7), p 798-812.

Echeburua, E.; Fernandez-Montalvo, J. & Amor, P. (2006). Psychological treatment of men convicted of gender violence: A pilot study in spanish prisons. International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology, 50 (1), p. 57-70.

Edleson, J. (1996). Controversy and change in batterers' programs. In Edleson, Jeffrey & Eisikovits, Zvi. Future Interventions with Battered Women and Their Families. Thousand Oaks: SAGE Publications.

Fávero, Eveline & Eidelwein, Karen (2004). Psicologia e cooperativismo solidário: possíveis (des)encontros. Psicologia & Sociedade, 16 (3), p. 35-40.

Fernandes, C. (2005). Análise do Discurso: Reflexões Introdutórias. Goiânia: Trilhas Urbanas.

Ferreira, A. B. (2004). Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. 3 ed. Curitiba: Positivo.

Fiorin, José Luiz (2005). Elementos de Análise do Discurso. 13 ed. São Paulo: Contexto.

Foucault, M. (1979). Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Graal.

Franco, M. A. (2005). Pedagogia da pesquisa-ação. Educação e Pesquisa, 31 (3), p. 483-502.

Fundação Perseu Abramo (2001). A mulher brasileira nos espaços público e privado.

Garcia, M. L. & Tassara, T. (2001). Estratégias de enfrentamento no cotidiano conjugal. Psicologia: Reflexão e Crítica, 14 (3) p. 635-642.

Gil, A. C. (1996). Como elaborar projetos de pesquisa. 3 ed. São Paulo: Atlas.

Godoy, A. S. (1995). Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. Revista de Administração de Empresas, 35 (2), p. 57-63.

Guareschi, N. M.; Comunello, L. N.; Nardini, M. & Hoenisch, J. C. (2005). Práticas psicológicas nas Políticas Públicas: Um debate sobre a temática da violência. Revista Psicologia Política, 5 (9), p. 47-66.

Guareschi, N. M.; Weber, A.; Comunello, L. & Nardini, M. (2006). Discussões sobre violência: Trabalhando a produção de sentidos. Reflexão e Crítica, 5 (9), p. 47-66.

Instituto Patrícia Galvão (2004, dezembro). O que a sociedade pensa sobre a violência contra a mulher.

Indursky, F. & Ferreira, M. C. (2005). Michel Pêcheux e a Análise do Discurso. São Paulo: Claraluz.

Kude, V. M. (1997). Como se faz a análise de dados na pesquisa qualitativa em psicologia. Psico, 28 (2), p. 183-202.

Langhinrichsen-Rohling, J. (2005). Top 10 greatest “hits”: Important findings and future directions for intimate partner violence research. Journal of Interpersonal Violence, 20 (1), 108-118.

Laporta, T. (2006). Lei Maria da Penha: Fim da violência doméstica? Visão Jurídica, 6, p.14-18.

Lima, M. E. (2003). Análise do discurso e/ou análise de conteúdo. Psicologia em Revista, 9 (13), p. 76-88.

Monceau, G. (2005). Transformar as práticas para conhecê-las: Pesquisa-ação e profissionalização docente. Educação e Pesquisa, 31 (3), p. 467-482.

Neves, J. L. (1996). Pesquisa qualitativa: Características, usos e possibilidades. Caderno de Pesquisas em Administração, 1 (3), p. 1-5.

Nolasco, S. (1995). O Mito da Masculinidade. Rio de Janeiro: Rocco.

Nunes, C. & Petersen, C. (2004). Redes sociais e afetivas de um grupo de mães de crianças com risco nutricional. Revista de Psicoterapia da Infância e Adolescência, 14, p. 57-72.

- Orlandi, E. (2005a). Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos. 6 ed. São Paulo: Fontes.
- Orlandi, E. (2005b). Michel Pêcheux e a Análise de Discurso. Estudos da Língua(gem), 1, p. 09-13.
- Petersen, A. (1999). Discutindo o uso da categoria gênero e as teorias que respaldam estudos de gênero. In: Strey, M. (org.). Gênero por Escrito: Saúde, Identidade e Trabalho. Porto Alegre: EdiPUCRS.
- Pêcheux, Michel (1997). O Discurso: Estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes.
- Ribeiro, R. J. (2003). Novas fronteiras entre natureza e cultura. In Novaes, Adauto. O Homem-Máquina: A Ciência Manipula o Corpo. São Paulo: Companhia das Letras.
- Saffioti, H. (1999). Já se mete a colher em briga de marido e mulher. São Paulo em Perspectiva, 13 (4), p. 82-91.
- Saffioti, H. (2003). Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. Cadernos Pagu, 16, p. 115-136.
- Saffioti, H. (2005). Gênero e patriarcado: A necessidade da violência. In Castillo-Martín, M. & Oliveira, S. Marcadas a Ferro: Violência contra a mulher - uma visão interdisciplinar. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.
- Scarparo, H. (2000). Psicologia e pesquisa: Perspectivas metodológicas. Porto Alegre: Sulina.
- Scliar, M. (2006, 23 de julho). Abaixo o marido. Zero Hora, 14940 (Donna ZH), p.12.
- Scott, J. (1995). Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. Educação e Realidade, 20 (2), p. 71-99.
- Seidl, M.; Tróccoli, B. & Zannon, C. M. (2001). Análise fatorial de uma medida de estratégias de enfrentamento. Psicologia: Teoria e Pesquisa, 17 (3), p. 225-234.
- Sluzki, C. (1998). A rede social na prática sistêmica: Alternativas terapêuticas. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Soares, B. (2005). Enfrentando a Violência Doméstica. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 64 p.

- Soares, L. (2006, 25 de março). O fim do silêncio. Veja, 1947, p. 76-82.
- Strey, M. N. (2002). Aprendendo a ser inferior: As hierarquias de gênero. In Strey, M; Lyra, A. & Ximenes, L. (org.) Gênero e Questões Culturais: A Vida de Mulheres e Homens na Cultura. Recife: Ed. Universitária da UFPE.
- Strey, M. (2004). Violência de gênero: Uma questão complexa e interminável. In Strey, M.; Azambuja, M. & Jaeger, F. Violência, Gênero e Políticas Públicas. Porto Alegre: EdiPUCRS.
- Tripp, David (2005). Pesquisa-ação: Uma introdução metodológica. Educação e Pesquisa, 31 (3), p. 443-466.
- Van Soest, D. (2004). What social workers can do about violence: Learnings from the lives of 37 men. Social Work in Health Care, 39 (3-4), p. 435-453.
- Venturi, G.; Recaman, M. & Oliveira, S. (2004). A Mulher Brasileira nos Espaços Público e Privado. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Viaro, M. E. (2004). Por Trás das Palavras: Manual de Etimologia em Português. São Paulo: Globo Editora.
- Walsh, T. (1999). Assessing psychopathy among male and female alcoholic offenders: Gender Specific Considerations. Journal of Gender, Culture and Health, 4 (1), p.19-38.
- Watts, R. & Abdul-Adil, J. (1997). Promoting critical consciousness in young, African-American men. Journal of Prevention and Intervention in the Community, 16 (1-2), p. 63-86.
- Winck, G. E. & Strey, M. N. (2006). Considerações sobre gênero a partir da coordenação de grupos com homens acusados de agressão. Seminário Internacional Fazendo Gênero 7 - Gênero e preconceitos: anais. Florianópolis: Mulheres.
- Zimmerman, David (2000). Fundamentos Básicos das Grupoterapias. Porto Alegre: Artmed.

“Palavra de pulso firme”: A coordenação de grupos com homens acusados de violência de gênero enquanto agente reflexivo e transformador

Gustavo Espíndola Winck

Marlene Neves Strey

RESUMO

O presente texto busca, partindo dos estudos de gênero, abordar algumas particularidades acerca da coordenação de grupos de reflexão com homens acusados de agressão. Através de um relato de experiência, a coordenação ser também realizada por um homem inclui-se enquanto ponto de partida fundamental às discussões propostas. Busca-se, portanto, realizar uma reflexão acerca dos papéis de gênero a partir da inclusão do coordenador que, pela sua condição social de homem, está também inserido no amplo contexto sócio-histórico-cultural que significa a masculinidade. Concomitantemente, discute-se o quanto a predisposição à discussão acerca da temática pode mostrar-se um agente potencializador para reflexões e transformações de paradigmas associados ao gênero, tanto aos participantes do grupo quanto ao seu próprio coordenador.

Palavras-chave: Gênero, violência de gênero, masculinidade, grupos de reflexão.

ABSTRACT

“Tough-fist word”: The coordination of reflexive groups with aggression-accused men as a reflexive and transforming factor

This text intends, starting from the gender studies, to approach some particularities about the coordination of reflexive groups with aggression-accused men. Through an experience report, being a man in charge of the group coordination is a central point for the further discussions. It is intended, therefore, to accomplish a reflexive process about the gender roles by the coordinator inclusion, which, by his own social man condition, is also within the ample social, historical and cultural context that signifies the masculinity. Concomitantly, is discussed how much the predisposition to discuss the thematic can be a stimulating reflection and transforming factor to gender-related paradigms for the group participants as much to its coordinator as well.

Key-words: Gender, gender violence, masculinity, reflexive groups.

Reflexões iniciais: A “palavra de pulso firme”

“Claro que a última palavra é o homem quem dá. A gente tem que dar a palavra na hora certa, a palavra de pulso firme” (Diário de Campo, 22/11/2005). O significado implícito desta fala, transcrita a partir de entrevista realizada com um dos participantes da pesquisa sobre violência de gênero que realizamos, representa a razão principal pela qual percebemos que este texto deveria ser escrito. Diferentemente de grande parte dos trabalhos ao estudo desta temática, propomos o diferencial de escrevê-lo sob a perspectiva masculina, fundamentando-se na experiência de um homem enquanto coordenador de grupos formados por acusados de violência de gênero: ao mesmo tempo em que discutiremos o tema do ponto de vista empírico, refleti-lo-emos prioritariamente do ponto de vista subjetivo, enquanto parte de um mesmo universo significador da masculinidade.

Sobre a pesquisa, cabe dizer que entrevistamos individualmente e em grupo homens acusados de violência de gênero, a partir de um delineamento qualitativo-descritivo, tendo a Análise do Discurso como opção metodológica. Aqui, neste trabalho, faremos um relato de experiência, sem adotarmos processos de análise específicos, mas sim expondo e discutindo alguns dos muitos meandros e vicissitudes desta que foi, para nós, uma experiência tão rica e marcante. A escolha pela abordagem qualitativa se deu porque a mesma possibilita-nos uma valiosa ajuda a fim de compreender o modo como os conteúdos abordados são percebidos e vivenciados pelos participantes (inclusive o pesquisador, neste caso), identificando-os, contextualizando-os e integrando-os aos nossos paradigmas sócio-histórico-culturais (Gil, 1996; Scarparo, 2000; Bardin, 2002).

Sendo assim, o que torna relevante a elaboração deste texto, moldado muito mais a partir de um ponto de vista subjetivo do que epistemológico? A resposta, aparentemente simples, na verdade é outra pergunta: como um homem pesquisará sobre outros homens e sobre masculinidade, a partir de um aporte complexo como os estudos de gênero, sem que ele próprio “veja-se” dentro do universo analisado? Mais ainda: é possível que esta análise e este comprometimento não tornem-se um

potencial agente reflexivo e transformador a ele próprio, produzindo ainda uma contribuição científica talvez inviável por outras vias de produção? Quando o delineamento da pesquisa foi escolhido, qualquer eventual tentativa que ainda pudesse restar de “distanciamento” (se é que isto exista) da temática foi definitivamente abandonada. O fato é que, a partir da decisão em abordar um assunto tão delicado (e urgente) quanto a violência de gênero, distanciamento nunca chegou a ser, por nós, uma alternativa a ser levada em consideração.

Quando o participante acima referido conceitua a palavra do homem como a “palavra de pulso firme”, há nesta expressão um sem-número de referenciais sociais, normas e valores, através de uma linha temporal que talvez nem conseguiríamos precisar onde exatamente começou - sabemos, sim, e com muita clareza, aonde ela chegou, onde está agora, e é nosso papel fundamental refletir para onde ela nos levará. Caminhamos por estas estradas por muito tempo, muitas vezes assumindo que o caminho era único, direto e sem atalhos; contudo, é passada a hora de dispormo-nos a vislumbrar outras vias, não mais como alternativas estróginas ou utopias divagantes. Agora, elas são reais e necessárias possibilidades.

A expressão “pulso firme” passa uma idéia de fortaleza, de dominância, e sua associação com “palavra” pode ser mais análoga do que inicialmente pareça: as palavras têm força, sim; a palavra é um dos maiores instrumentos de transformação e também de coerção de que dispomos. Através dela, são transmitidos todos os valores e signos que irão influenciar desde os padrões relacionais individuais até a complexidade entrópica de uma identidade social; ainda são as palavras que também nos ajudam a fundamentar o aprendizado da repressão e do subjugo de tudo aquilo que consideremos impróprio, afrontador e “desnecessário” (Guareschi & Hüning, 2005).

É justamente na importância desta “força” que argumentamos o ponto central de discussão deste texto: através da coordenação de grupos de reflexão junto a homens acusados de violência de gênero, indagamo-nos o quanto a interação proporcionada por esta atividade pode ser capaz de instituir um real processo de reflexão (e de posterior transformação) em todos os envolvidos - coordenador e participantes - acerca dos diversos aspectos subjetivos e sociais ali intrínsecos.

Como estratégias de intervenção no contexto da violência de gênero, trabalhos sociais voltados à prevenção têm demonstrado maior eficácia do que a própria aplicação de punições em âmbito judicial. Junto a isto, uma mudança de paradigmas no âmbito acadêmico, buscando efetivamente levar a ciência até a população através de intervenções orientadas por novas perspectivas de aplicação social do conhecimento, tende também a gerar maiores progressos - especialmente no campo das relações de gênero (Cook & Koss, 2001; Van Soest, 2004; Cortez, Padovani & Williams, 2005). Saffioti (2003), por sua vez, considera especificamente o grupo de reflexão com homens acusados de violência de gênero como a intervenção com maior potencial junto a esta demanda, pois, além de colocá-los em uma posição reflexiva acerca de si mesmos, com isso exerce também um indispensável papel pedagógico.

Com agressores confessos, por exemplo, pesquisa realizada por Echeburua, Fernandez-Montalvo e Amor (2006) em prisões espanholas demonstrou que a realização de grupos pode promover uma significativa mudança acerca das crenças subjacentes à violência de gênero. A agressão, física ou psicológica, é, simultaneamente, comportamento e símbolo; uma vez que a representação do ato seja tomada enquanto prioridade, o investimento em uma tentativa também de “reaprendizagem” da violência e das relações de gênero adquire enorme valor.

A título de outra ilustração, Lorber e O’Leary (2004) identificaram que mais de 60% dos homens que violentaram fisicamente suas companheiras em um relacionamento prévio repetiram esta conduta em pelo menos um dos seus três relacionamentos seguintes, trinta dias após a punição judicial. Isto, para os autores, sugeriu que seria muito provável a perseverança da violência doméstica enquanto não se desenvolvessem estratégias de intervenção junto aos homens agressores. Mais ainda: a violência não cessa por si só apenas a partir de sua pura e simples contenção física; é preciso encontrar meios de identificar e dismantelar toda a complexidade de fatores estruturais anteriores à sua perpetuação (Humphreys & Joseph, 2004; Arriaga & Cappelletti, 2005).

Os serviços de saúde, especialmente aqueles localizados nas comunidades, são fundamentais à promoção de assistência e de acolhimento. Tais serviços representam um importante fator de

proteção e de estímulo à busca por apoio em situações de violência doméstica, e os/as profissionais encarregados/as precisam não somente estar conscientes desta responsabilidade, como também estar tecnicamente instrumentalizados/as para dela darem conta. Quando a rede pública de assistência às vítimas de agressões funciona e desempenha bem o seu papel, contribui para a diminuição da violência porque a retira do território da banalidade. Contudo, para tanto, é necessário investimento e capacitação (McKie, 2003; François et al, 2004; Purewal, 2003; Klein, 2004; Goodman, Dutton, Vankos & Weinfurt, 2005; Krishnan, 2005; Sokoloff & Dupont, 2005).

Sendo assim, a partir do momento em que o objetivo de pesquisar sobre as percepções masculinas acerca da violência e das relações de gênero foi estabelecido, percebemos que tal compreensão poderia ter grande potencial quando associada a uma aproximação, indo além da capacitação técnico-teórica. Portanto, daqui em diante, propomos que o texto seja escrito em primeira pessoa e, com isso, represente as particularidades da experiência subjetiva em abordar a fundo pressupostos que estão, antes de tudo, tão particularmente relacionados e arraigados a uma percepção do individual dentro do coletivo. A base fundamental para o conteúdo estará nas anotações datadas no Diário de Campo, o qual tornou-se um companheiro inseparável ao longo de todos os meses investidos na pesquisa. Os aspectos teóricos e empíricos oriundos da análise metodológica dos dados, apesar de ilustrarem algumas passagens do texto, conforme comentado, não serão o foco de atenção neste momento. Desta forma, a proposta central é, dentro das possibilidades, tentar compreender e discutir o fenômeno da masculinidade a partir das premissas e potencialidades que a experiência de refleti-lo, e não somente de estudá-lo, pode proporcionar.

Uma breve descrição contextual

A princípio, nem havia a perspectiva de realizar um grupo relacionado à violência de gênero. A grande preocupação estava em apenas empreender uma pesquisa sobre o tema, a qual previa apenas

a realização de entrevistas individuais. Tal proposta já me parecia suficientemente oportuna e trabalhosa para a grande dedicação que demandaria.

Assim, no início, parecia a coisa mais simples do mundo fazer um trabalho com homens acusados de violência de gênero, tudo aparentemente se encaixava quase perfeitamente: as questões de gênero, a linha de pesquisa do grupo sobre violência que eu representava, a possibilidade de realizar uma pesquisa social e cientificamente relevante, a promissora disponibilidade de que um homem - eu - fosse ao encontro dos recônditos da masculinidade... Tudo muito poético em teoria, e operacionalmente viável, não fosse por somente um “pequeno” detalhe: onde estão (ou por onde chegar a) estes homens? Esta pergunta tomou conta de todas as discussões realizadas no grupo de pesquisa, e chegou um momento em que eu já evitava falar acerca do tal trabalho sobre violência de gênero por um misto de embaraço e frustração, em razão de uma intermitente sensação de impotência em conseguir locais para a coleta de dados.

Estava sendo bastante difícil assumir estas questões naquele momento, e eu já cogitava seriamente a possibilidade de desistir do projeto. Teria que começar tudo do zero, e seria uma enorme decepção caso isso se tornasse realidade. Tentei, na época, fazer muitos contatos para encontrar locais viáveis à realização da pesquisa, cheio de confiança de que logo estaria quase realizando as entrevistas. As informações iniciais, relacionadas à experiência que alguns/as profissionais que haviam trabalhado com o mesmo tema, não foram tão animadoras.

Quando me contaram acerca da dificuldade em organizar e impor longevidade a estes grupos, por causa do seu eminente caráter voluntário (que muitas vezes adquire o sinônimo de “se não é obrigatório, então não preciso ir”), ou então em função da comum dificuldade de implementá-los em razão de questões burocráticas ou instrumentais. A partir dali, passei em vão a tentar contatos com instituições do Rio de Janeiro, do Paraná e com indicações profissionais locais. Tudo o que eu fazia já parecia muito pequeno e simplório naquele momento, mas foi pela via mais simples que, de repente, começou a abrir-se um próspero e inesperado caminho.

Soube, por meio de uma antiga professora, que havia uma juíza disposta a desenvolver um trabalho com acusados de agressão em uma cidade da região metropolitana de Porto Alegre, e então lhe pedi o favor de entrar em contato e apresentar a proposta à mesma. Aguardei ansiosamente pela resposta, e ela veio como uma animadora - e, pela primeira vez, real - possibilidade para desenvolver a pesquisa. Eis que, repentinamente, toda a animação inicial retornou após este período de atribuições e inseguranças. Agendada a primeira reunião com a juíza, a receptividade que encontrei superou as minhas mais otimistas expectativas. O trabalho poderia ser realizado junto ao Fórum daquela cidade, com total estrutura para as entrevistas. Duas vezes por mês lá se efetuavam as chamadas audiências de conciliação, nas quais advogadas atendiam os mais variados casos - não somente relacionados à violência de gênero, mas todos aqueles que, partindo de um boletim de ocorrência policial, estariam (potencialmente) sujeitos a um acordo antes de se transformarem em processos judiciais. Nestas ocasiões, portanto, eu poderia encontrar os participantes necessários à pesquisa.

Posto isto, a aparente harmonia quanto aos objetivos iniciais, contudo, ainda causava uma reverberante inquietação: a que (e a quem) serviriam os dados coletados e analisados *per se*, mesmo que cuidadosamente descritos e compilados em escritos científicos, se os pressupostos de gênero que provavelmente os motivaram ou influenciaram permanecessem os mesmos? A princípio, hoje em dia já é pleonástico qualquer trabalho que busque apenas demonstrar a existência da violência de gênero; não precisamos mais prová-la, mas sim assumi-la e enfrentá-la. Antes disso ainda, precisamos aprender a reconhecê-la em meio a tantas variações daquilo que chamamos de “normal”. Por isso, pouco a pouco, passou também a ser uma preocupação realizar algo de concreto com estes homens, a fim de efetivamente trabalhar as idéias e os valores intrínsecos, eventualmente vinculados não somente às suas acusações, mas também ao relacionamento e às percepções que estabeleciam em relação ao sexo feminino.

Junto a homens envolvidos em situações de violência de gênero, portanto, a possibilidade de realizar grupos de reflexão, desde o início, despontou como uma alternativa promissora. Para

aqueles que são condenados, as penas não variavam muito (em especial antes do advento da lei nº 11.340, de 07/08/2006, também conhecida como “Lei Maria da Penha”), geralmente ficando entre a prestação de serviços comunitários e o pagamento de cestas-básicas. É sabido que o simples cumprimento destes procedimentos não possibilita qual certeza de que o agressor ou a vítima reflitam sobre o que o/a possa estar colocando e legitimando dentro destes papéis.

Assim, apresentando a proposta de intervenção ao Fórum, a sua conseguinte efetivação ganhou contornos através de uma importante iniciativa da instituição, a qual integraria a participação nos grupos de reflexão às audiências judiciais e de conciliação: os homens enquadrados nas queixas de violência doméstica estariam obrigados a freqüentar a atividade, durante um tempo mínimo de três meses, sem faltas ou reincidências, tendo assim esta acusação específica arquivada.

Antes do advento do grupo, nas audiências de conciliação era somente assinado por ambas as partes um documento que predispunha-se a representar um compromisso, tanto ideal quanto utópico: o “respeito mútuo”. O respeito (ou a sua falta) nas relações de gênero está relacionado a uma complexidade que não depende de quaisquer contratos formais, mas, sobretudo, das pessoas envolvidas - sejam elas agressores, vítimas ou profissionais. A compreensão acerca do seu verdadeiro significado pede, antes de tudo, uma postura crítica e reflexiva. Sendo assim, em um casal onde a violência já teria instituído-se e legitimado-se à própria dinâmica relacional, um novo episódio de agressão pode deixar de ser uma indesejável possibilidade para tornar-se uma provável consequência.

Estudos de gênero: Algumas considerações

Primeiramente, é preciso sempre lembrar que gênero não é sinônimo de sexo. Enquanto o sexo remete à dimensão biológica, o gênero é compreendido, basicamente, a partir da interseção de quatro elementos inter-relacionados: os símbolos culturais, os conceitos normativos que significam estes símbolos, as organizações e instituições sociais e, por fim, a identidade social subjetiva

(relacionada às forças históricas e culturais). Assim, a própria dicotomização - e conseqüente oposição - entre os dois termos pode vir a obnubilar aquele que é o grande foco dos estudos de gênero: como são percebidas e significadas as diferenças relacionais entre homens e mulheres, (independentemente do sexo), procurando, assim, compreender as incongruências e disparidades nos seus papéis sociais (Scott, 1995; Femenías, 2003; Rodríguez, 2002; Strey, 2004).

O estabelecimento dos estudos feministas (origem dos estudos sobre gênero), através da produção acadêmica e das militâncias políticas e sociais, propôs a valorização do papel histórico e social das mulheres como elemento essencial não somente para relações de gênero mais equitativas, mas também para a busca de uma sociedade mais equitativa. Conseqüentemente, isto se refletiu na realização de um grande número de estudos, resgatando e pautando as suas vicissitudes, representações, e os processos históricos que arbitrariamente lhes atribuíram um papel coadjuvante e segregado. Este papel, mesmo que seja hoje combatido ou repudiado, ainda mantém-se e renova-se no cotidiano através de discursos, práticas e relacionamentos, fazendo com que a legitimação da violência também seja produto de práticas e de valores sociais que as próprias relações de gênero ajudem a preservar e a fortalecer (Saffioti, 1987; Petersen, 1999; Strey, 2002, 2004).

Identificar quais seriam as raízes para estas percepções é um dos objetivos centrais às pesquisa na área, pois tais percepções podem levar à produção de concepções cada vez mais polarizadas acerca dos papéis de gênero. O estabelecimento dos estudos feministas, especialmente a partir de movimentos iniciados ainda no século XIX, representou (e ainda representa) a proposta de permanente reflexão acerca destes e de tantos outros paradigmas, em prol de uma aproximação entre os papéis de gênero e os estudos sociológicos, históricos e antropológicos (Garcia, 1998; Anderson & Umberson, 2001).

Assim, a problematização acerca das funções e das representações de gênero na sociedade contemporânea insurge na tentativa de transformar - ou de, ao menos, desacomodar - paradigmas já tão constituintes de determinados valores, ditames e paradoxos. Mesmo sendo este um processo extremamente complexo, as suas expressões a nível individual já demonstram sinais de uma maior

conscientização de responsabilidade e de busca por direitos antes negligenciados. Isto permite que, hoje em dia, sejam trazidas à tona denúncias de violência doméstica que, há não muito tempo atrás, ficariam limitadas ao ambiente familiar, sufocadas pelo medo e por motivações circunscritas a questões morais legitimadoras da submissão feminina (Petersen, 1999).

A experiência na coordenação de grupos com homens acusados de violência de gênero permitiu-me identificar com mais clareza o quanto a legitimação de uma postura mais agressiva e autoritária do homem passa pela prática de valores culturalmente instituídos. Uma pesquisa realizada no Brasil pelo Instituto Patrícia Galvão (2004) trouxe alguns dados ilustrativos desta situação, perguntando a 2002 participantes (52% mulheres e 48% homens) “O que a sociedade pensa sobre a violência contra as mulheres”: 38% das pessoas entrevistadas concordaram com a afirmação “mulher que trai o homem até que merece apanhar”, e 16% referiram existir, claramente, situações nas quais seria plenamente justificada a agressão do homem à mulher. É como se existisse claramente uma justificativa para a mulher resignar-se, pelo simples e irrefutável fato de que seu agressor é um homem em seu direito de agredir. Do homem é, mais uma vez, o direito à voz de comando, à ação concreta e não mais simbólica da “palavra de pulso firme” (Werba, 2004).

O grupo: Somos todos homens (e agora?)

Dito isto, fica mais fácil compreender o quanto o fato de ser coordenador do grupo não me isentava em nenhum momento de estar sujeito às mesmas normas e valores daqueles aos quais se voltava minha atenção profissional. Os mais de dois meses de aguardo até a formação do primeiro grupo, período no qual assisti a muitas audiências de conciliação, me fizeram pensar no que poderia estar por trás do baixo comparecimento das vítimas em expedientes de violência doméstica, sabendo-se ambas as partes terem sido intimadas. Não poderiam estar elas intimadas pelos seus agressores, ou então desacreditadas quanto à eficácia das medidas possíveis?

O próprio medo, por parte das vítimas, pode ser um dos maiores portos-seguros do agressor. Em uma acusação de ameaça de morte, por exemplo, talvez seja mais fácil criticar a mulher que “desperdiçou” a única chance que teria para judicialmente conclamar os seus direitos, do que dar-se conta que ela ali não compareceu justamente pelo simples fato de estar ameaçada de morte. Este critério pode parecer ainda mais coerente quando associado à convivência junto de um companheiro que já provou cumprir suas ameaças, e que faz questão de, periodicamente, mantê-las verossímeis.

Pois assim, após um período de ansiedades e expectativas, o dia para o início do primeiro grupo finalmente chegou. O horário combinado para o grupo foi o final de tarde, quando então eu poderia utilizar a sala onde as audiências de conciliação eram realizadas. A comunidade onde a pesquisa foi desenvolvida é fortemente caracterizada em seu mercado de trabalho pelo setor industrial, então um horário após o expediente era essencial. Quando faltavam cerca de quinze minutos para a hora combinada, fui dar uma espiada no corredor, para ver se algum dos homens já havia chegado: ninguém estava lá. Porém, não foi nada além do que uma espera de quinze minutos não pudesse resolver: ao verificar novamente, lá estavam eles, tão curiosos quanto eu mesmo.

Foi então que, naquele entardecer de agosto, o grupo enfim adentrou a sala. Eles possivelmente não sabiam, mas o ineditismo e o receio frente ao novo não eram sensações exclusivas suas: para mim, a própria atividade de coordenação de grupos também estreava naquele dia, tomando emprestados sentimentos muito parecidos: medo, insegurança, dúvidas. Estes eram os meus quase onipresentes sentimentos, muito semelhantes aos que muitos homens precisam enfrentar para assumir as incoerências da masculinidade; ali, contudo, tínhamos todos de fazer as duas coisas: sentir e enfrentar.

Algo que não era possível abstrair da relação que se iniciava entre o grupo e eu era a implícita representação de “autoridade” na qual, naquela situação, eu me inseria. Isto especialmente levando-se em conta o lugar onde estávamos (e que, por conseguinte, eu supostamente estava representando) e o papel que eles representavam diante deste lugar. Pois foi que, em questão de segundos, estávamos todos ali reunidos, e o que eu mais queria era poder exercer a minha função com a maior

naturalidade possível - uma vez que esta consistia em justamente propor a “desnaturalização” de uma série de questões.

Todos ocuparam uma das cadeiras, dispostas em círculo, como usual. A primeira coisa que fiz também não foi nada além do óbvio: me apresentar e tentar explicá-los o “por quê” de estarmos todos ali. Algo que procurei deixar claro desde o início foi que o grupo não era um castigo, uma punição, um lugar onde ficariam recebendo lições de moral ou sendo julgados - questões certamente pertinentes de serem discutidas tomando-se como referência os valores que um Fórum representa enquanto instituição social (Berger & Luckmann, 2004). Tentei descrever aquele como um espaço livre, no qual todos poderiam falar o que pensavam e o que sentiam a respeito dos temas que nos propuséssemos a discutir, com espontaneidade e sem ter necessariamente que passar por cerceamentos moralistas - mesmo a presença deles não sendo tão espontânea quanto o ideal.

Daquele dia em diante, passei a ter a oportunidade de conhecer as suas histórias e os seus pontos de vista sobre as circunstâncias que ali os trouxeram. Passaram a, pouco a pouco, sentirem-se mais à vontade e a expressarem como sentiam-se enquanto acusados: o que pensavam a respeito disto, bem como a maneira pela qual percebiam o lugar que ocupavam na vida social e no ambiente familiar. Daquele momento em diante, abstraindo-se o papel e a situação em que cada um de nós nos encontrávamos, a situação não fugia muito do estereótipo social para uma reunião de “machos”: um bando de homens que haviam sentado-se para falar sobre mulheres e sobre a virilidade masculina. O que realmente diferenciava-nos naquilo que iríamos fazer era somente o lugar que seria proposto ocuparmos dentro deste discurso.

Conversa de homem: “Nessas horas a gente quer ser machão”

Uma questão que, desde o primeiro encontro, revelou-se bastante importante foi o conceito que cada um dos participantes tinha acerca de violência. A grande maioria apresentou um entendimento que somente relacionava-a com agressões físicas diretas: socos, pontapés, tapas, etc. Empurrões e

puxões de cabelo raramente entravam nesta categorização, já que não eram considerados propriamente atos de violência. Conseqüentemente, muito menos reconhecimento ainda tinham quaisquer demonstrações de violência psicológica, tais como ofensas, humilhações e xingamentos. Uma das melhores ilustrações para esta questão ocorreu em uma tarde na qual eu observava as audiências, quando então as advogadas atendiam a um caso no qual a vítima dizia ter sido agredida por dois rapazes que a teriam chamado de vagabunda. Ao finalizar, um dos rapazes interpelou-se à discussão afirmando que “chamar de vagabunda não é agressão”. O outro ainda complementou que, se tivesse agressão, teria que ter marcas no corpo (Diário de Campo, 04/10/2005) - nada mais categórico e evidente para exemplificar a noção pragmática e limitada que atende, muitas vezes, ao significado socialmente reconhecido para a violência (Scott, 1995; Petersen, 1999; Pereira, 2004; Strey, 2004).

Algo que percebi de imediato era a necessidade de propor uma reflexão acerca destes conceitos, pois o tempo, aliado à assimilação de valores sociais específicos, havia encarregado-se de criar referenciais que eram interpretados já como naturais. Já está legitimada uma série de representações sociais para as relações de gênero, algo que a cultura e a história fortificaram, de modo que uma suposta interpelação ou tentativa de transformação poderiam mostrar-se em demasiado pretensiosas, supérfluas - e, por isso, muitas vezes fadadas ao insucesso. O mesmo secular processo que precede a legitimação das incontáveis variáveis que constituem e significam as relações de gênero anestesia a sociedade contra o próprio veneno que inocula (Moscovici, 2003; Berger & Luckmann, 2004).

Todavia, não pode haver transformação sem antes propor-se reflexão, especialmente diante de conceitos percebidos enquanto elementos inerentes e incontestáveis de nossa realidade. Além do que, muitas vezes, quando alguém se dá conta de tais valores historicamente implícitos nas relações de gênero (e nas relações sociais como um todo), não é incomum subestimar a representatividade desta proposição, ainda mais quando eventualmente confrontada com as tantas mazelas sociais e econômicas que nos cercam atualmente. Por isso é também importante enfatizar que questões de naturezas aparentemente tão distintas muitas vezes estão altamente interligadas, às vezes somente

bastando propormo-nos abrir os olhos e enxergá-las através de outra perspectiva - somente disponível através da predisposição e do reconhecimento de uma necessidade.

É importante, neste contexto, apontar que a violência de gênero pode ser entendida como a forma de agressão mais democrática que existe, pois não escolhe etnia e classe social. É mito associá-la somente a camadas financeiras menos favorecidas, pois o maior diferencial neste aspecto está no receio pela busca de assistência profissional e/ou institucional. Independentemente de quaisquer fatores deste tipo, o papel de submissão associado à mulher é frequentemente um fator bastante impeditivo para que ela rompa um ciclo de violência ou deixe de sujeitar-se a diferentes animosidades, sejam elas vivenciadas com o companheiro ou no cotidiano social (Saffioti & Almeida, 1995; Sager, 2005).

Os próprios referenciais, a partir dos quais a mulher percebe-se neste contexto, podem mostrar-se mais que suficientes para a mesma resignar-se e refugiar-se nos seus próprios mitos: como o de, por exemplo, simplesmente por ser mulher, deve saber perdoar, deve compreender as intempestividades do marido, deve fazer qualquer coisa para preservar a sua família e deve contentar-se em ser coadjuvante na vida em sociedade, na convivência familiar e, sobretudo, no relacionamento conjugal (Gracia & Herrero, 2006). Esta é uma ilusória e demagógica pseudovalorização do feminino, amplamente respaldada pela própria mídia e que, por si só, cumpre o papel de perseverar as relações de poder socialmente institucionalizadas entre homens e mulheres. É preciso que nos demos conta de que tais relações de poder não estão aí por acaso, muito menos surgiram “do nada”; sejam elas implícitas ou explícitas, sejam intencionais ou já absorvidas pela naturalização, é fundamental que nos apropriemos destas questões, percebendo a quem (e a que) elas estejam servindo (Winck, 2006; Winck & Strey, 2006).

Não se trata de inculcar a paranóia, mas de parar de negligenciar a realidade e de começar a abordá-la e a questioná-la em seus meandros necessários. Como exemplo deste complexo panorama, posso dizer que, em função da percepção que os participantes tinham acerca da violência, eles muitas vezes sentiam-se injustiçados pelas acusações que sofriam, ou então

ponderavam que as (ex) companheiras estavam exagerando em colocá-los nesta posição - isto mesmo assumindo excessos violentos no relacionamento conjugal. Certo participante comentou que, na última vez em que foi à casa da ex-mulher, estranhou o fato dela, ao vê-lo, ter saído correndo afora pela porta dos fundos, pulando o muro e sumindo da sua vista. Segundo o seu relato, às vezes ela teria “ataques de loucura” (sic) deste tipo, os quais ele, por mais que tentasse, não conseguia entender.

Os próprios estudos e as discussões contemporâneas têm contribuído bastante para a socialização dos temas relacionados às relações de gênero, indo de encontro a estruturas opressoras e estigmatizadoras já há tanto tempo institucionalizadas. São estas mesmas estruturas que, muitas vezes, estão no centro de toda a problemática da violência de gênero, sendo apenas a “ponta do iceberg” de um complexo processo que exclui, desvaloriza e oprime a mulher - baseando-se em pressupostos fundadores de uma verticalização do poder e da representação social (Saffioti, 1987; Scott, 1995; Petersen, 1999, Rodríguez, 2002; D’Cruze & Rao, 2004; Pereira, 2004; Strey, 2004).

Sendo assim, não é à toa que a própria violência de gênero, muitas vezes, passa a ser mais um recurso para a legitimação destes mesmos pressupostos. A notória ascensão da mulher no meio social, através de um amplo processo de re-significação de antigos paradigmas de gênero, pode servir de exemplo a isto. Através de uma progressiva inserção da mulher na política e no trabalho, sua representação social também mudou - o que, de certa forma, “assustou” muitos homens, colocando-os em uma espécie de “crise”. Conseqüentemente, a então chamada “crise da masculinidade” acabou por gerar grande insegurança e desconforto naqueles que, por um direito supostamente adquirido, até então encontravam-se em uma posição de poder e de representação social bem mais tranqüila e assegurada. A violência, física ou psicológica, para certos homens, surge a partir do momento em que impõe-se a necessidade de assumir novos, porém inaceitáveis papéis - levando, assim, a uma ameaçadora intervenção (ou inversão) na “normalidade” com a qual estavam até então habituados (Saffioti, 1987; Nolasco, 1995a; Scott, 1995; Strey, 2002, 2004;

Guareschi & Hüning, 2005). A iminência de novos valores sociais que, gradativamente, passem a também a tentar re-escrever os papéis de gênero na conjugalidade certamente tornaram-se questões inéditas para muitos, trazendo-os inseguranças e incertezas até então desconhecidas. Estudos recentes de Mahalik, Aldarondo, Gilbert-Gokhale e Shore (2005), por exemplo, apontam que os comportamentos controladores e coercitivos próprios às relações de gênero podem estar fortemente relacionados à vivência subjetiva de sentimentos de medo e insegurança.

A transformação do lugar do homem na cultura e na sociedade colocou-o em um papel transitório, por vezes incômodo, que destituiu grande parte de um poder que lhe parecia implícito e lhe trouxe dúvidas acerca de sua própria masculinidade na identidade social - interrompeu-se a sua própria continuidade histórica, ao passo que a mesma foi substituída por incertezas. Isto fez com que os homens não apenas sentissem-se perdendo o seu papel de gênero, ou então que tendo de adaptar-se a uma “nova masculinidade”, mas também colocando-os em uma situação até então sem precedentes e conhecida somente pelas mulheres: uma sensação de “não-pertencimento” e de exclusão (Rutherford, 1992; Nolasco, 1995b; MacInnes, 1998).

Existe, pois, uma cultura da masculinidade, que naturaliza determinadas práticas e conceitos. Baseados nisto, muitos homens, apropriam-se destes pressupostos e os trazem à realidade “concreta” através da violência contra a mulher. A violência de gênero, portanto, adquire freqüentemente o papel de expressão (e de demarcação) para a dominação masculina na relação, configurada em tentativas inconseqüentes para a reafirmação ou a recuperação de um *status quo* supostamente destituído. Os estereótipos viris do “machão” e do provedor ainda reverberam-se pungentes na identidade masculina, mostrando-se argumentos ideais para tudo que pareça inconcebível através outros tipos de análise (Nolasco, 1995a; Strey, 2004).

Neste sentido, as falas de diversos participantes a partir da pergunta “o que justificaria um homem impor-se diante de uma mulher” mostraram-se bastante ilustrativas: “Eu acho que o homem não aceita ser mandado pela mulher” / “Não aceito ninguém gritar comigo” (...) “Aquela vontade está dentro, de se impor” (...) “Às vezes, o cara chega da firma e desconta” / “Ela tenta gritar

comigo, mas eu não fico quieto pra ela. (...) Na casa da gente é a gente que manda. (...) “Na minha casa, ninguém grita mais alto do que eu” / “Vem de pai, isso” / “Quando tem dinheiro, está tudo bem” / “O cara tem que ter a voz mais alta, mas na hora certa” (Diário de Campo, 18/10/2005).

Noutro encontro, quando a pergunta foi “qual seria o papel do homem no relacionamento conjugal, as verbalizações também foram categóricas: “É o chefe da família; isso vem de geração, de passado, que o homem é o cabeça da família” (...) “Claro que a última palavra é o homem quem dá; a palavra mais forte pra definir alguma coisa que, pro bem do casal” (...) “[O homem] faz isso, faz aquilo e a mulher só fica esperando. Claro, tem mulher que corre, faz isso e aquilo, mas daí? Quem é que é o cabeça? O cabeça é o cara que está junto ali, é o esteio. Nós somos o esteio da casa, e se nós não ‘se dirigir’, e deixar por elas, daí o quê? O que vão pensar da gente?” (Diário de Campo, 22/11/2005 e 06/12/2005).

Estava ricamente ali, evidente, uma série de valores seculares sobre a masculinidade que, definitivamente, definem muito do que se entende por ser homem nos dias de hoje. Culturalmente, diversos termos associados ao feminino são relacionados a idéias de fraqueza, de insegurança e de submissão, ao mesmo tempo em que palavras masculinas remetem à fortaleza, à segurança e à independência. Isto faz com que se criem protótipos normativos e valorativos para “ser homem” ou “ser mulher”, mutuamente exclusivos e excludentes. À mulher, por conseguinte, ficou reservado o espaço de menor representatividade, tanto dentro quanto fora de casa, deixando-a, ao mesmo tempo, cercada e sufocada por um sentimento de inferioridade e por uma instituída necessidade de dependência ao homem - o que era, inclusive, oficialmente legitimado e proclamado através de leis, doutrinas, teorias científicas e filosóficas (Dorais, 1994; Strey, 2002).

A constituição da sociedade ocidental, a partir de sua procura por normas reguladoras que viabilizassem a sua própria existência funcional e possibilitassem a sua homeostasia enquanto sistema, instituiu o princípio da hierarquia como um de seus conceitos reguladores fundamentais. A hierarquização, por sua vez, se fundamenta no pressuposto fundamental da detenção do poder, tornando-o a partir de então parte constitutiva e indelével às relações e às representações sociais que

nela ocorram. Logo, o relacionamento social mostra-se pautado, antes de tudo, em relações de poder - contexto no qual os papéis de gênero constituem um dos maiores e ilustrativos exemplos (Scott, 1995; Moscovici, 2003; Guareschi & Hüning, 2005).

Assim, os princípios dualistas vinculados às relações de gênero, quando institucionalizados, expressam-se (e expandem-se) desde a família nuclear até as instituições sociais. Muitos casos de violência conjugal têm seu escrutínio evitado por uma ideologia que, aqui no Brasil, chamamos de “em briga de marido e mulher não se mete a colher” - a qual, inclusive, foi corroborada por 66% dos/as participantes entrevistados na supracitada pesquisa do Instituto Patrícia Galvão (2004). Isto demonstra que algumas formas de violência, de acordo com certas referências culturais, podem ser até aceitas ou, ao menos, justificáveis, permanecendo assim “invisíveis” à esfera pública. Os crimes contra a mulher freqüentemente não chegam às estatísticas justamente porque ficam estritamente associados a questões consideradas como sendo privativas ao casal (Bevacqua & Baker, 2004; D’Cruze & Rao, 2004; Hopkins & Koss, 2005).

Para ilustrar, outro participante, em determinado momento, comentou como comportava-se diante da esposa quando estava embriagado: “Nessas horas a gente quer ser machão” (sic). Assim, segundo contou, não era incomum mandá-la calar a boca quando julgasse apropriado, e “botar para correr” (sic) quem quer que se opusesse em seu caminho: “Saio pra beber e volto só no outro dia (...) “O cara fica mais machista quando ‘tá’ no álcool, tem mais coragem” (sic). Procurou justificar o seu comportamento dizendo que já avisa a mulher previamente para não lhe dirigir a palavra quando chega em casa naquele estado, instruindo-lhe a deixá-lo quieto. Como ela não segue a sua “recomendação”, ele a agride, já que, segundo a sua opinião, “ela avança” (sic), acusando-o de ter uma amante. Ao lhe perguntar acerca desta situação, ele assume que “apronta um pouco”, tendo de fato outra mulher há dois anos. Quando, então, pergunto se a sua esposa reclamaria justamente por saber disto, diz que ela não pode afirmar nada, pois nunca viu, não tem nenhuma prova. Conta ainda que já quis separar-se duas vezes, mas a separação seria algo “muito pesado” (sic) para ele: teria que dividir ou ceder muito patrimônio à mulher.

Sobre as agressões propriamente ditas, o mesmo participante disse que quase já tentou matar a mulher duas vezes, o que comentou com certa ironia. O mais impressionante é que o mesmo sentimento pareceu ser dividido também entre os outros participantes, como se fossem garotos divertindo-se ao confessar uma pequena delinquência ou estripulia juvenil. Quando perguntei-lhe como isso aconteceu, assim ele narrou uma das situações: “Agarrei num pau, dei na nuca.” (sic). A outra foi assim mencionada: “Dentro de casa, passei a mão numa faca” (sic). Quanto às brigas dentro de casa, diz que há muito tempo brigam na frente dos filhos e das filhas. Relata ainda que o menino mais velho, já adolescente, está mostrando-se violento, querendo “avançar” (sic) nele e também na mãe. Não me foi estranha a sua surpresa quando sugeri que este comportamento do filho (o qual repreende com mais violência) poderia estar relacionado ao modo pelo qual, por tanto tempo, teria observado o padrão de relacionamento e de resolução de problemas entre o pai e a mãe (Diário de Campo, 06/09/2005 e 27/09/2005). É assim que, muitas vezes, os valores são transgeracionalmente assimilados, cegando-nos com as nossas próprias mãos: ser “machão” é virtude, e ser mulher é consequência do que o poder masculino permite - quem não é macho de verdade, não à toa desde cedo passa a ser “xingado” de “mulherzinha”.

Outro participante assim relata uma ocasião na qual a companheira, estando ele cochilando na cama, teria pegado uma faca e ficado em posição de golpeá-lo. Neste momento, disse ter acordado e acertado-lhe um chute: “Toquei-lhe o pé nela, dei um coice nos peitos dela!”, disse rindo. Ainda falou que, recentemente, a mesma havia brigado com outra mulher, no local onde moravam, por causa das desconfianças com relação à sua fidelidade conjugal. Então perguntei-o algo simples e direto, porém de fundamental importância: questionei se ele gostava dela. Aí veio a resposta: “Não gosto mais dela, mas vou ‘güentar’, nem que seja de arrasto! (...) Ela não quer me largar, não tem jeito, que nem carrapato; ela me avança, e eu não quero bater nela. O dia que eu der um tapa, vou matar ela” (Diário de Campo, 27/09/2005 e 06/12/2005).

Em outro de nossos encontros, quando então falávamos sobre a maneira com a qual lidavam com situações-limite do relacionamento conjugal, não demorou muito para que um dos

participantes afirmasse categoricamente - e com irretocável diplomacia - que, a mulher não pode ser agredida em hipótese alguma. Tudo muito bonito se, logo após, não complementasse dizendo que, embora não querendo ir a tais vias de fato, havia horas e situações nas quais não seria possível agir de outra forma.

Um bom exemplo para ilustrar os limites (ou a sua falta) nas relações de gênero é quando acabam os argumentos, e a violência acaba sendo o recurso disponível - porém, tal qual nos tempos primitivos, assegurado somente à parte mais “forte” (muito mais no sentido figurado do que, necessariamente, no sentido físico). Neste sentido, convém lembrar que discussões e desentendimentos que levem à violência podem ocorrer tanto pelo lado do homem quanto pelo da mulher; contudo, a agressão masculina é muito mais freqüente, perigosa e presumida (Janssen et al, 2005; Renauer & Henning, 2005). As mulheres, portanto, normalmente estão em desvantagem nestas situações, fazendo com que, quando vitimizadas, demonstrem tentativas menos freqüentes de defesa ou de procura por ajuda quando comparadas às (muito raras) situações nas quais seriam os homens as vítimas de violência (Williams & Hebl, 2005).

A noção que os participantes apresentavam acerca das qualidades e dos predicados de suas companheiras também é algo interessante de ser comentado. Enquanto um disse que a melhor maneira de deixar a mulher mais tranqüila era ficar dando-lhe dinheiro, outro falou que a sua mulher era uma “boa pessoa”, porque limpava a casa. A respeito do que consideravam necessário para “tratar bem” as mulheres, as respostas também foram peculiares: tomar chimarrão, fazer sexo e não deixar faltar nada (material) no lar mostraram-se freqüentes. Um deles comentou que, quando ainda estavam juntos, considerava essencial que ele e a ex-esposa tivessem, todos os dias, dez minutos (tudo isso!) para conversarem (Diário de Campo, 06/09/2005).

O “Homem com H”: Discutir para transformar

Ouvir todos estes (e outros tantos) relatos nos grupos me fez questionar a fundo os meus próprios valores enquanto homem, e, apesar destes questionamentos não serem novidade desde que me iniciei nos estudos de gênero, com certeza insurgiram com toda a força quando passei a dedicar-me a esta atividade. Não passei a minha vida até aquele momento isolado dentro de alguma bolha asséptica e impenetrável, protegido de todo infortúnio externo e vivendo em uma espécie de “parcimônia autotrófica”. A cada depoimento, fosse ele um confessional relato de violência ou uma emocionada declaração de inocência, quase nenhuma fala estava livre de inúmeros pressupostos de gênero plenos de significados e de conexões histórico-sociais - se não imediatamente para eles, certamente para mim.

No início, eu realmente não tinha como imaginar até onde esta empreitada iria me levar, até porque eu precisava antes descobrir por onde melhor conduzir algo que eu nunca havia feito antes. Naquele momento, a forma assustava mais que o conteúdo. Caso me perguntassem, um ano antes, qual seria a atividade profissional que eu estaria então realizando, nem em três chances eu apostaria em estar lidando com grupos. Assim, naquele momento inusitado, percebi que somente à medida que mergulhássemos mais e mais em nossas próprias masculinidades tornaria-se claro o quanto isto seria emocionalmente mobilizador, a mim e aos participantes.

O fato é que grande parte das questões de gênero discutidas no grupo me soaram (infelizmente, diga-se de passagem) bastante familiares. Quando crianças, meninos geralmente são bombardeados, tanto dentro quanto fora de casa, com frases do tipo “homem não chora”, “seja homem”, dentre tantas outras, e, como comentei, evidentemente eu não pude (ou não tive como) me privar disto. Parece haver um esforço conjunto para que os meninos correspondam o mais cedo possível a todas as expectativas machistas e autocráticas que lhes são dirigidas, assim como acontece com as mulheres. É preciso que, o quanto antes e a todo custo, os meninos tornem-se verdadeiramente os tais “homens com H” (Nolasco, 1995b; Trevisan, 1998; Cuschnir & Mardegan, 2001).

O estereótipo do masculino advém diretamente da antítese de um feminino abertamente institucionalizado e identificado como incondicionalmente delicado, carente e emotivo. Ao homem,

por outro lado, cabe cumprir a função de bastião social e familiar: é ele quem pode (e deve) ser viril, protetor e independente. A superficial delicadeza no surgimento e no uso de uma expressão como “sexo frágil” vem a cumprir o seu grande e talvez único papel no teatro da vida real: garantir a coexistência de um “sexo forte”. Nisto, o próprio homem aprisiona-se dentro de sua própria arapuca: para quem é reservado o papel de forte e provedor, não há espaço para a emoção, a humildade e a sensibilidade. Para certos homens, é incomensurável a angústia de precisar indefinidamente corresponder ao lugar-comum cheio de prerrogativas que, por vezes, mostram-se paradoxalmente tão convenientes quanto extenuantes (Dantas-Berger & Giffin, 2005).

Cada vez mais acuadas e inseguras quanto ao seu valor e à sua representatividade social, muitas mulheres estão progressivamente mais propensas a aceitar a vitimização como sendo parte da sua própria condição de mulher, enquanto o sobrepujo do homem é entendido e tolerado, da mesma forma, como parte da essência da masculinidade (Giffin, 1994; Heise, 1994; Boonzainer & De La Rey, 2003). Expressões machistas já estão tão culturalmente aceitas, que tentativas de questionamento facilmente soariam demagogicamente moralistas e de importância duvidosa.

Não é incomum ouvir, seja de homens ou de mulheres, frases como “tem mulher que gosta (ou pede para) apanhar”, “mulher precisa saber cuidar da casa e da família”, “mulher não sabe dirigir” ou então “já aprendeu a cozinhar, então já pode casar!”. É o lúdico a serviço do político. A mensagem que estas arcaicas expressões revelam nas entrelinhas, neste contexto, é conclusiva: delimitar a representatividade da mulher em prol da livre expansão na representatividade do homem.

Portanto, a violência de gênero, retomamos, não precisa necessariamente do corpo para imprimir-se; antes disto, está por trás de nossas posturas e concepções mais sutis e cotidianas. Mantemo-nos em permanente relação de cumplicidade e omissão diante do preconceito escancarado e irrestrito na abordagem cotidiana que estabelecemos frente às relações de gênero. Uma piada de loira para cá, uma propaganda de cerveja para lá, e as próprias engrenagens do tecido social tratam de continuar estigmatizando a mulher e a feminilidade - seja isto através de uma falsa e ludibriante

exultação dos “valores” femininos, seja através de uma resignadora e conveniente pseudo-ingenuidade.

Afinal, voltando aos chavões, quem nunca ouviu falar na expressão “mulher poderosa”? Qual seria este poder tão legitimamente feminino? A mulher é considerada poderosa, neste sentido, na medida em que consiga adequar-se aos padrões de beleza impostos socialmente pelo desejo masculino, o qual associa a mulher, cada vez mais, ao papel de um objeto de consumo para um homem essencialmente viril e dominador. O valor lídimo da mulher fica restrito à especificidade do seu corpo, transformando-a em nada além disto: uma coisa a mais para a administração e o usufruto de quem detém o poder que assim lhe instituiu (Giffin, 1994; Rocha, 2003).

Considerações finais: Expandindo fronteiras

Em um trabalho científico, o item “considerações finais” deve centrar-se em uma abordagem conclusiva da atividade realizada, buscando-se retomar os objetivos iniciais e fornecer subsídios para que o/a leitor/a sintá-se assistido/a nas suas motivações iniciais para dedicar-se à leitura do texto. Assim sabiamente ensina Umberto Eco (2003), porém eu não conseguiria, por mais que quisesse ou tentasse, falar desta grande experiência como algo já findo em si mesmo. Remexer na masculinidade e nos papéis de gênero não é tarefa fácil, muito menos indolor, porém é extremamente necessária. Se cada um de nós, no grupo, fosse um cadeado, eu diria que os nossos encontros procuraram ser a chave para tentar abri-lo; cabe então uma decisão individual em usá-la ou não - e, mais importante, como usá-la.

Os estereótipos de gênero, assim como estão na atualidade, podem transformar-se. Para isto, é necessário que repensemos novas significações, novos sentidos para as relações de gênero, é preciso que abramos os cadeados que nos prendem ao “normal” e expandamos as nossas próprias fronteiras em busca de coisas relativamente simples, mas que acabaram ficando em segundo plano, tais como o próprio bom-senso e tal do “respeito mútuo” exigido nos acordos judiciais.

Podem ser muito bonitos os discursos acerca da igualdade, porém temos de tomar cuidado com este termo. Somos (ou deveríamos ser), sim, iguais enquanto cidadãos e cidadãs, independentemente de sexo ou de sexualidade, mas somos também muito diferentes individualmente. Não limitemos-nos ao velho lugar-comum de que há diferentes necessidades e particularidades entre homens e mulheres, o que é evidente, mas assumamos que existem inúmeras diferenças de homens para homens e também de mulheres para mulheres. “Homem é tudo igual”, “mulher é tudo igual”; quantas vezes já ouvimos ou dissemos estas frases? Antes de sermos homens e mulheres, somos pessoas, pessoas estas diferentes entre si, e que deveriam estar, aí sim, em pé de total igualdade de direitos, de responsabilidades e de representatividade. Igualdade, não esqueçamos, não é sinônimo de equidade.

Para mim, o grupo com os homens incutiu transformações íntimas e fundamentais, pois percebi que, para lidar com um assunto destes em uma demanda tão específica, teria eu de estar primeiramente disposto a trabalhar também os meus próprios pressupostos, valores e discursos. O que aprendi socialmente para “ser homem”, através da educação e das experiências que tive, remonta a tempos remotos - mas as mudanças que a auto-reflexão e a autocrítica proporcionam a estes referenciais, uma vez aceitos e assimilados, passam a ser atemporais. Não tornam-se algo estranho, indesejado, ao que precisemos nos sujeitar compulsoriamente a fim de conquistar algum tipo de aprovação. Quando verdadeiramente damo-nos conta de nossos próprios disparates e incoerências, podemos vivenciar a sensação de que as coisas enfim tomam os seus devidos lugares - passando então a revelarem-se um tanto absurdos os lugares que anteriormente ocupavam.

Quando me perguntam sobre o resultado efetivo do grupo, respondo que ele não existe visando o resultado, mas sim o processo. Certamente a receptividade e a importância às questões lá discutidas não foram as mesmas para todos, porém acredito que esta atividade pôde, em certos casos e em certos momentos, revelar-se de grande valia na vida de seus integrantes. Quando alguém, como aquele participante que contou já quase ter matado a esposa por duas vezes, relata que, desde que começou a participar no grupo, não havia mais a agredido, para mim já é o

suficiente para ter valido a pena, pois quem pode imaginar o que teria acontecido caso ele tivesse investido em uma terceira tentativa?

Somam-se a este relato os diversos outros participantes que identificaram mudanças nos seus relacionamentos e/ou que perceberam as incongruências em muitos de seus atos e pensamentos, além daqueles que pediram para continuar no grupo mesmo após o encerramento do tempo mínimo de participação “compulsória”. Estes fatos revelaram-se imensas surpresas, uma vez que os meus próprios preconceitos iniciais julgavam que aquelas seriam pessoas de difícil diálogo e que, uma vez convencidas (leia-se obrigadas) a participarem da atividade, ficariam contrariadas e impacientes quanto à hora que pudessem ir para bem longe dali.

Desde o seu princípio, eu levei o grupo bastante a sério em seus propósitos e possibilidades; porém confesso que, inicialmente, estava um tanto receoso quanto a uma reciprocidade deste aspecto por parte do Fórum. O conseguinte reconhecimento da atividade, tanto dentro quanto fora da instituição, certamente fizeram com que a própria importância a partir da qual eu a vislumbrava atingisse um novo patamar. Cabe ainda ressaltar que um grupo de assistência às mulheres vítimas de violência também é fundamental, pois resguarda o objetivo de não deixar desassistidas aquelas que são o maior motivo para o próprio grupo de homens existir. Com diz Saffioti (2003), “trabalhando-se apenas uma das partes da relação violenta, não se redefine a relação (...). Há, pois, que investir na mudança não só das mulheres, mas também dos homens. (...) Penas alternativas como estas, de caráter pedagógico, podem oferecer uma expectativa de mudança das relações de gênero” (p. 122).

Há ainda quem possa apontar a realização do grupo como um paradoxo, pois, de certa forma, poderia vir a favorecer o homem em uma situação de violência de gênero, já que constitui uma espécie de “segunda chance” e acaba levando ao arquivamento de sua acusação inicial. Como resposta, digo que sonho com o dia em que grupos como este não sejam mais necessários, por mais que eu tenha identificação e apreço pela atividade. Os grupos de reflexão não são a solução, mas eles existem também porque aquelas que seriam consideradas as “verdadeiras” soluções parecem

não estar funcionando com a eficiência que deveriam. Temos ainda muito arraigada a lógica da punição irrestrita e isolada, sem considerar possibilidades que eliciem um processo de reais reflexões e mudanças quando passamos a enfatizar e a trabalhar as motivações acerca dos comportamentos a serem punidos.

Uma certa vez, provoquei risos ao falar em uma sala de aula que era um “homem feminista”. Pois o grupo com os homens e o trabalho com relações de gênero chegaram a mim a tempo de mostrar que ser feminista significa, antes de tudo, predispor-se a sair dos lugares-comuns do olhar masculino para enxergar, perceber e a assumir a realidade também através do ponto-de-vista e da representação social do feminino.

Novos homens e novas mulheres são possíveis e viáveis diante das nossas urgências no campo das relações de gênero, e podemos passar a sê-los e sê-las a partir de já, na medida em que dispormo-nos para tanto - e isto pode, no final das contas, não mostrar-se tão difícil assim. Assim, não mais será necessária qualquer exigência, incoerência ou violência; poderemos abolir o “pulso firme” das palavras e das atitudes para então podermos conviver com as nossas diferenças, sem deixar de reconhecer também as nossas semelhanças. A força da palavra, conforme foi mencionado no início do texto, adquiriu um novo significado através do grupo, tanto para mim quanto para os participantes - não enquanto instrumento para impor-se ou subjugar, mas sim para principalmente mobilizar, conscientizar e transformar.

REFERÊNCIAS

Anderson, K. & Umberson, D. (2001). Gendering violence: Masculinity and power in men's accounts of domestic violence. *Gender & Society*, 15 (3), p. 358-380.

Arriaga, X. B. & Copezza, N. M. (2005). Targets of partner violence: The importance of understanding coping trajectories. *Journal of Interpersonal Violence*, 20 (1), p. 89-99.

Bardin, L. (2002). *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70 (Original publicado em 1977).

Berger, P. & Luckmann, T. (2004). A Construção Social da Realidade. 24 ed. Rio de Janeiro: Vozes.

Bevacqua, M. & Baker, C. (2004). “Pay no attention to the man behind the curtain”: Power, privacy and the legal regulation of violence against women. Women & Politics, 26 (3-4), p. 57-83.

Boonzaier, F. & De La Rey, C. (2003). “He’s a man, and I’m a woman”: Cultural constructions of masculinity and femininity in South African women’s narratives of violence. Violence Against Women, 9 (8), p. 1003-1029.

Cook, S. & Koss, M. (2001). Action research: Informing interventions in male violence against women. Integrating Behavioral and Social Sciences with Public Health. Washington: American Psychological Association.

Cortez, M. B.; Padovani, R. C. & Williams, L. C. (2005). Terapia cognitivo-comportamental com homens agressores. Estudos de Psicologia, 22 (1), p. 13-21.

Cuschnir, L. & Mardegan, E. (2001). Homens e suas Máscaras: A Revolução Silenciosa. Rio de Janeiro: Campus.

Dantas-Berger, M. & Giffin, K. (2005). A violência nas relações de conjugalidade: Invisibilidade e banalização da violência sexual? Cadernos de Saúde Pública, 21 (2), p. 417-425.

D’Cruze, S. & Rao, A. (2004). Violence and the vulnerabilities of gender. Gender & History, 16 (3), p. 495-512.

Dorais, M. (1994). O Homem Desamparado. São Paulo: Loyola.

Echeburua, E.; Fernandez-Montalvo, J. & Amor, P. (2006). Psychological treatment of men convicted of gender violence: A pilot study in spanish prisons. International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology, 50 (1), p. 57-70.

Eco, U. (2003). Como se Faz uma Tese. 18 ed. São Paulo: Perspectiva.

Femenías, M. L. (2003). Judith Butler (1956). Madrid: Ediciones del Orto.

François, I.; Moutel, G.; Plu, I.; Fauriel, I. & Herve, C. (2004). Domestic violence: What are the difficulties for practitioners? Presse Medicale, 33 (22), p. 1561-1565.

Garcia, S. M. (1998). Conhecer os homens a partir do gênero e para além do gênero. In Arilha, M.; Ridenti, S. & Medrado, B. Homens e Masculinidade. São Paulo: Ecos/Editora 34.

Giffin, K. (1994). Violência de gênero, sexualidade e saúde. Cadernos de Saúde Pública, 10 (supl. 1), p. 146-155.

Gil, A. C. (1996). Como elaborar projetos de pesquisa. 3 ed. São Paulo: Atlas.

Goodman, L.; Dutton, M. A.; Vankos, N. & Weinfurt, K. (2005). Women's resources and use of strategies as risk and protective factors for reabuse over time. Violence Against Women, 11 (3), p. 311-336.

Gracia, E. & Herrero, J. (2006). Acceptability of domestic violence against women in the European Union: A multilevel analysis. Journal of Epidemiology and Community Health, 60 (2), p. 123-129.

Guareschi, N. M. & Hüning, S. M. (2005). Foucault e a Psicologia. Porto Alegre: Abrapso Sul.

Heise, L. (1994). Violence against women: The hidden health burden. Washington: World Bank Discussion Papers.

Hopkins, C. Q. & Koss, M. (2005). Incorporating feminist theory and insights into a restorative justice response to sex offenses. Violence Against Women, 11 (5), p. 693-723.

Humphreys, C. & Joseph, S. (2004). Domestic violence and the politics of trauma. Women's Studies International Forum, 27 (5-6), p. 559-570.

Instituto Patrícia Galvão (2004, dezembro). O que a sociedade pensa sobre a violência contra a mulher.

Janssen, P. A.; Nicholls, T. L.; Kumar, R. A.; Stefanakis, H.; Spidel, A. L. & Simpson, E. M. (2005). Of mice and men: Will the intersection of social science and genetics create new approaches for intimate partner violence? Journal of Interpersonal Violence, 20 (1), p. 61-71.

Klein, R. (2004). Sickening relationships: Gender-based violence, women's health and the role of informal third parties. Journal of Social and Personal Relationships, 21 (1), p. 149-165.

Krishnan, S. (2005). Do structural inequalities contribute to marital violence? Violence Against Women, 11 (6), p. 759-775.

Lorber, M. F. & O'Leary, K. D. (2004). Predictors of the persistence of male aggression in early marriage. Journal of Family and Violence, 12 (6), p. 329-338.

MacInnes, J. (1998). The End of Maculinity: The Confusion of Sexual Genesis and Sexual Difference in Modern Society. Buckingham: Open University Press.

Mahalik, J.R.; Aldarondo, E.; Gilbert-Gokhale, S.; Shore, E. (2005). The role of insecure attachment and gender role stress in predicting controlling behaviors in men who batter. Journal of Interpersonal Violence, 20 (5), p. 617-631.

McKie, L. (2003). Gender, violence and health care: Implications for research, policy and practice. Sociology of Health and Illness, 25 (1), p. 120-131.

Moscovici, S. (2003). Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social. Rio de Janeiro: Vozes.

Nolasco, S. (1995a). A desconstrução do masculino: Uma contribuição crítica à análise de gênero. In Nolasco, S. (org.) A Desconstrução do Masculino. Rio de Janeiro: Rocco.

Nolasco, S. (1995b). O Mito da Masculinidade. Rio de Janeiro: Rocco.

Petersen, A. (1999). Discutindo o uso da categoria gênero e as teorias que respaldam estudos de gênero. In: Strey, M. (org.). Gênero por Escrito: Saúde, Identidade e Trabalho. Porto Alegre: EdiPUCRS.

Pereira, V. L. (2004). Gênero: Dilemas de um discurso. In: Strey, M. N. ; Cabeda, S. T. & Prehn, D. R. Gênero e Cultura: Questões Contemporâneas. Porto Alegre: EdiPUCRS.

Purewal, J. (2003). Gender, violence, sexuality and health: Redefining the matrix. In Thara, R. & Patel, V. Meeting the Mental Health Needs os Developing Countries: NGO Innovations in India. Thousand Oaks: Sage Publications.

Renauer, B. & Henning, K. (2005). Investigating intersections between gender and intimate partner violence recidivism. Journal of Offender Rehabilitation, 41 (4), p. 99-124.

Rocha, K. B. (2003). Retratos da fama. In: Guareschi, P. & Biz, O. (orgs.). Diário Gaúcho: Que discurso? Que responsabilidade social? Porto Alegre: Evangraf.

Rodríguez, E. (2002). Por qué le llaman género cuando quiren decir sexo? Uma aproximación a la teoría de la performatividad de Judith Butler. Athenea (2), p. 30-41.

Rutherford, J. (1992). Men's Silences. Londres: Routledge.

Saffioti, H. (1987). O Poder do macho. São Paulo: Moderna.

Saffioti, H. (2003). Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. Cadernos Pagu, 16, p. 115-136.

Saffioti, H. & Almeida, S. (2005). Cidade maravilhosa: A outra face. In Violência de Gênero: Poder e Impotência. Rio de Janeiro: Revinter.

Sager, R. (Produtora e diretora) (2005). Canto de Cicatriz [filme/documentário].

Scarparo, H. (2000). Psicologia e pesquisa: Perspectivas metodológicas. Porto Alegre: Sulina.

Scott, J. (1995). Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. Educação e Realidade, 20 (2), p. 71-99.

Sokoloff, N. & DuPont, I. (2005). Domestic violence and the intersections of race, class and gender: Challenges and contributions to understanding violence against marginalized women in diverse communities. Violence against women, 11 (1), p. 38-64.

Strey, M. (2002). Aprendendo a ser inferior: As hierarquias de gênero. In Strey, M; Lyra, A. & Ximenes, L. (org.) Gênero e Questões Culturais: A Vida de Mulheres e Homens na Cultura. Recife: Ed. Universitária da UFPE.

Strey, M. (2004). Violência de gênero: Uma questão complexa e interminável. In Strey, M.; Azambuja, P. & Jaeger, F. Violência, Gênero e Políticas Públicas. Porto Alegre: EdUPUCRS.

Trevisan, J. (1998). Seis balas num buraco só: A crise do masculino. Rio de Janeiro: Record.

Van Soest, D. (2004). What social workers can do about violence: Learnings from the lives of 37 men. Social Work in Health Care, 38 (3-4), p. 435-453.

Werba, G. C. (2004). Quero ficar no teu corpo feito tatuagem: Reflexões sobre a violência contra o corpo da mulher. In Strey, M. & Cabeda, S. Corpos e Subjetividades em Exercício Interdisciplinar. Porto Alegre: EdiPUCRS.

Winck, G. E. (2006). Entrar na mídia para sair da mídia: Considerações sobre gênero, mídia e Ideologia. Seminário Internacional Fazendo Gênero 7 - Gênero e preconceitos: anais. Florianópolis: Mulheres.

Winck, G. & Strey, M. (2006). Considerações sobre gênero a partir da coordenação de grupos com homens acusados de agressão. Seminário Internacional Fazendo Gênero 7 - Gênero e preconceitos: anais. Florianópolis: Mulheres.

Williams, M. J. & Hebl, M. R. (2005). Warding off the attacker: Self-defense in theory and in practice. Journal of Applied Psychology, 35 (2), p. 366-382.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final desta etapa, são incontáveis as alegrias e as gratificações em poder ter realizado um trabalho tão produtivo quão apaixonante. Muito mais do que a elaboração de uma dissertação, consideramos que esta trajetória constituiu, de fato, uma experiência intensa e gratificante - e que, vista de onde hoje estamos, parece não caber no relativamente curto espaço de tempo que compreende o início e o término de um mestrado acadêmico.

Neste sentido, entendemos que a realização do curso foi muito além das expectativas que esta oportunidade imediatamente suscita, extrapolando os próprios objetivos que pressupõe enquanto formação profissional. Isto porque, além do privilégio, por si só, em poder realizar uma pós-graduação, a sua vivência empírica trouxe capacitação e promoveu o desenvolvimento de habilidades outrora não previstas.

Ao final da produção dos três diferentes artigos, ficamos com a clara impressão de que constituem nuances e pontos de vista distintos e inter-complementares de um mesmo fenômeno, o qual demanda uma discussão tão essencial quanto inesgotável. Quando, neste trabalho, comprometemo-nos junto à reflexão acerca das relações de gênero - e, em especial, da masculinidade - começamos a perceber o quanto é forte e determinante o peso desta construção histórica e cultural, pautada em pressupostos relacionais que, sob determinado ponto de vista, podem se mostrar tão estruturalmente pragmáticos quanto artilosamente justificáveis.

Estar diante destas questões nos fizeram deparar com a perseverança quase atemporal de seus componentes elementares, os quais são os mesmos que permitem a indignação e, ao mesmo tempo, legitimam uma perigosa conformidade diante suas idiossincrasias. Quanto mais refletíamos e discutíamos, mais necessárias ainda pareciam novas e maiores reflexões e discussões. Com esta pesquisa, um dos objetivos mais sublimes a serem alcançados era o de conseguir inquietar,

desacomodar, e não responder ou explicar. É através deste tipo de inquietação que acreditamos promover uma real possibilidade de mudanças. Não há transformação sem reflexão, mas, para esta reflexão ter (e produzir) sentido, é preciso que parta da mobilização - é preciso que nos incomodemos, que estranhemos a nós mesmos/as.

Mesmo modesta e sem as pretensões de mudar o mundo sozinha, entendemos que a nossa iniciativa junto ao grupo com acusados de agressão constituiu-se em um ponto de convergência e de ressonância deste comprometimento junto não de certezas, mas, antes de mais nada, de possibilidades. É preciso acreditar e persistir na possibilidade, pois ela liberta, abre e pluraliza caminhos, ao contrário da certeza, que aprisiona e cerceia, oferecendo somente uma via. Pensamos que um dos caminhos mais seguros de um processo de mudança estável e determinante não está no câmbio repentino e opressivo à sociedade como um todo, mas sim na soma gradual e exponencial de iniciativas e de pequenas transformações conscientes nos valores e pressupostos que a fundamentam e significam.

Durante o aprofundamento nesta dissertação, os dados com os quais lidávamos mostravam-nos o quanto as relações de gênero possuem a capacidade de reproduzirem-se e de multiplicarem-se através dos tempos até que, corroborados pela história e pela cultura, adquirem a autonomia para existirem e explicarem-se por conta própria. Os tempos mudam, e, junto com eles, também mudam as formas através das quais os preconceitos e as relações de poder conseguem permanecer presentes e atuantes - mesmo que representando os mesmos e arcaicos pragmatismos.

Talvez mais em função de uma necessidade social do que de uma vontade individual, os homens estão tendo, cada vez mais, que rever os seus papéis - e, mais do que isso, compreender que muitos deles, ao contrário do que eventualmente acreditassem, não lhes eram exclusividade. Assim, seja estudando o gênero a partir de uma perspectiva epistemológica, através de nossos alfarrábios e monitores, seja buscando compreendê-lo na prática e em movimento, a partir dos grupos de reflexão, temos esta vivência como uma experiência de importância inquestionável. Os grupos nada mais foram do que um laboratório de como as relações de gênero se dão e são percebidas na “vida

real”, no aqui e agora indelével a todos/as nós e que, por isso mesmo, ao alcance de nossa sempre latente possibilidade de repensá-lo e conduzi-lo por rumos diferentes.

Tivemos, portanto, a grande satisfação em poder realizar uma pesquisa que, além de produzir conhecimento, procurou implicar este conhecimento diretamente in loco através dos grupos. É esta a capacidade que temos em nosso cotidiano, a capacidade de questionarmos não somente o óbvio, mas também - e, sobretudo - o implícito. Se esta dissertação conseguiu fazer isto conosco - seja incutindo novas problematizações ou reavivando velhas inquietações - acreditamos que pode também fazê-lo com quem estiver disposto/a a dela conosco compartilhar. Caso esta possibilidade torne-se realidade, a nós já trará a satisfação de uma missão cumprida. Lembremos: não vamos deixar de acreditar nas possibilidades.

Encerra-se agora, portanto, uma caminhada que, por sua vez, deixa muitos outros caminhos possíveis à frente - e, junto com eles, tantas outras trilhas que ainda podem (e precisam) ser desbravadas. Isto é, talvez, o que de mais importante se leva de uma experiência tão especial como esta: a certeza não de que ela foi suficiente por si só, mas que foi suficientemente imponente para mostrar o quanto maior ainda poderá se tornar.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)